



**PLANO ESTRATÉGICO
do
Instituto Nacional de Saúde Pública
(2019-2021)**



Praia, dezembro de 2018



PLANO ESTRATÉGICO

do Instituto Nacional de Saúde Pública

(2019-2021)

Praia, dezembro de 2018

MINISTRO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Dr. Arlindo Nascimento do Rosário

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Maria da Luz Tavares de Lima Frederico Mendonça – **Presidente**

Dr. Júlio Monteiro Rodrigues – **Administrador Executivo**

Doutora Edna Duarte Lopes – **Administradora Não Executiva**

MINISTÉRIO DA
SAÚDE E DA
SEGURANÇA SOCIAL



ASSISTÊNCIA TÉCNICA:



Organização Mundial
da Saúde
Cabo Verde

Ficha Técnica

Nome:

Plano Estratégico 2019-2021

Propriedade:

Instituto Nacional de Saúde Pública (todos os direitos reservados)

Equipa Técnica:

INSP

Designer Gráfico:

Imprensa NAcional

Tiragem:

200 Exemplares

Ano de Edição: 2019**Endereço:**

Chã de Areia, CP 719, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde T: (+ 238) 261 21 67

Site: www.insp.gov.cv www.facebook.com/saudepublica.cv

Conteúdo

1. Introdução	7
2. Breve caracterização do perfil sanitário de Cabo Verde	8
3. O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde	10
3.1. Missão e atribuições do INSP	13
4. O INSP e seu alinhamento com as orientações estratégicas nacionais e internacionais	15
4.1. Agenda 2030	15
4.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)	16
4.3. Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário	17
4.4. CPLP e IANPHI	19
4.5. Organismos internacionais	21
5. Análise SWOT	22
6. Diretrizes do Plano	24
7. Visão e eixos estratégicos do Plano Estratégico do INSP	25
7.1. Eixo 1: Vigilância em Saúde Pública e Análise dos DSS	25
7.2. Eixo 2: Fortalecimento do sistema dos Laboratórios	27
7.3. Eixo 3: Comunicação em Saúde e Promoção da Saúde	29
7.5. Eixo 5: Capacitação e Formação dos Recursos Humanos	32
7.6. Eixo 6: Desenvolvimento Institucional	34
8. Atores e Parceiros na Implementação do Plano	35
9. Orçamento Geral e Fonte de Financiamento	37

Siglas e abreviaturas

ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
ARFA	Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental
CM	Câmaras Municipais
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRVCD	Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças – CEDEAO
DCNT	Doenças Crónicas Não Transmissíveis
DGPOG	Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão - MSSS
DGASP	Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGEST	Direção Geral de Ensino Superior e Tecnologia
DGI	Direção Nacional de Infraestrutura
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNE	Direção Nacional de Educação
DNS	Direção Nacional de Saúde - MSSS
DSPC	Direção do Serviço do Planeamento e Gestão - MSSS
DNT	Doenças Não Transmissíveis
DS	Delegacia de Saúde
DSS	Determinantes Sociais de Saúde
ERIS	Entidade Reguladora Independente da Saúde
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz do Brasil
IANPHI	Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública
IHMT	Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa
INC	Instituição Nacional de Coordenação
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSP	Instituto Nacional de Saúde Pública
INSPs	Institutos Nacionais de Saúde Pública
LCQAA	Laboratório de Controlo de Qualidade de Água e Alimentos
LEM	Laboratório de Entomologia Médica
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério de Administração Interna

MEFIS	Ministério de Educação, Família e Inclusão Social
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
NOSI	Núcleo Operacional para o Sistema de Informação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONS	Observatório Nacional da Saúde
OOAS	Organização Oeste Africana de Saúde
PCCS	Plano de Cargo, Carreiras e Salários
PECS-CPLP	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário
PNPS	Plano Nacional de Promoção da Saúde
PS	Posto Sanitário
RINSP	Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública/CPLP
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
RH	Recursos Humanos
RLSP	Rede de Laboratórios de Saúde Pública
RS	Região Sanitária
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
TdR	Termos de Referência
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
USB	Unidade Sanitária Base

1. Introdução

O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde (INSP) foi criado em março de 2014, pela Resolução Nº 21/2014, no contexto do fortalecimento das políticas públicas e melhoria do sistema de saúde, nomeadamente, nas áreas de investigação, vigilância, formação e promoção da saúde.

Até à criação do INSP, cabia ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS), criado pela Lei Nº 37/93, garantir a coordenação multisectorial das atividades subjacentes ao desenvolvimento sanitário. Depois de mais de 20 anos, o CNDS iniciou um processo de revisão de sua missão e atribuições, dando lugar ao INSP, com valências mais ajustadas aos desafios que se colocam na saúde pública Cabo-verdiana.

A criação do INSP insere-se nesse contexto, como órgão de produção de evidências e bases fatuais para a tomada de decisões e organização da ação, com vista à obtenção de resultados em saúde.

Para isso, torna-se necessária a definição de estratégias que permitam estabelecer critérios para a seleção e organização das intervenções em saúde, de forma a priorizá-las¹ para garantir a sua eficiência.

O Plano Estratégico 2019-2021, devidamente harmonizado com as orientações e estratégias definidas nos âmbitos global, regional, nacional e sectorial, propõe ser um documento que oriente o INSP, tendo como principal finalidade nortear a política, as ações da instituição, o cumprimento de mandatos e as prioridades definidas. Este Plano Estratégico 2019-2021, é o primeiro plano do INSP que tem a relevância de ser elaborado numa etapa de desenho institucional².

¹ Em geral, existem diferentes maneiras que uma organização pode percorrer para alcançar a sua missão. Definir prioridades é selecionar caminhos na busca da sua missão. Toda a organização enfrenta o problema de como alocar recursos disponíveis e isso sempre responde a alguns critérios explícitos e transparentes ou não. Ver Tobar, F y Fernandez Pardo, (2001) **ORGANIZACIONES SOLIDARIAS: Gestión e innovación en el Tercer Sector**. ISBN: 950-892-113-7 Buenos Aires: Lugar Editorial; 2001.

² O desenho institucional é considerado como o estágio da criação da engenharia institucional. Quando a instituição define seu **SER** (missão e valores), seu **FAZER** (atribuições, prioridades, processos) e seu **ESTAR** (estrutura, ambiente). A definição dos empregos, bem como o recrutamento do pessoal adequado, o desenho da carreira profissional dentro da empresa e a cadeia de incentivos, são todos aspetos do desenho organizacional. Vide TOBAR, F. (2001). *“Modelos de Gestión e Innovación Organizativa”*. Original em espanhol. Isalud, Buenos Aires.

2. Breve caracterização do perfil sanitário de Cabo Verde

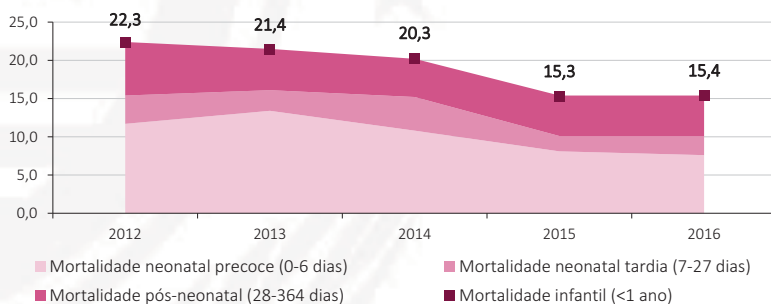
Cabo Verde tem conseguido avanços importantes em saúde, que têm tido impacto no bem-estar da sua população. O direito à saúde e à proteção social estão consagrados na Constituição da República de Cabo Verde (artigos 700 e 690 respetivamente), podendo ressaltar-se o seu caráter universal e tendencialmente gratuito.

No que diz respeito ao aspeto socioeconómico, tem havido uma redução acentuada do nível de pobreza. Os dados mostram que houve uma redução da pobreza em geral, de 58% em 2001 para 35% em 2015, sendo que, a pobreza extrema, definida como que estando abaixo do limiar nacional de pobreza (PPP USD 2,9 por pessoa em 2015), baixou de 30% para 10% durante esse período.

Relativamente à evolução demográfica e de acordo com os dados do INE (2017), a população é maioritariamente jovem, verificando-se que a população com idade inferior a 24 anos é cerca de 47% e apenas 6% da população tem idade superior a 65 anos. As projeções do INE para 2030 assinalam um processo de envelhecimento acelerado da população, estimando que em 2030 a população com mais de 65 anos atinja os 7,1%.

No quadro da mortalidade observa-se uma redução das taxas da mortalidade (<1 ano), passando de 22,3/1000 nados vivos em 2012, para 15,4/1000 nados vivos em 2016.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de mortalidade infantil e suas componentes (2012-2016)



Nota: Taxas de mortalidade por cada 1.000 nascidos vivos. Número de nascidos vivos segundo as projeções demográficas do INE.

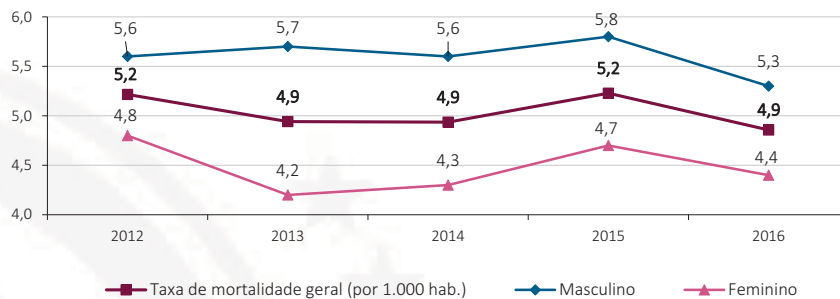
Fonte: SVIRE/DNS/MSSS, Relatório Estatístico 2016 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde extraído do PNDIS 2017-2021.

Da mesma forma, a taxa de mortalidade de crianças até os 5 anos teve uma evolução favorável, passando de 26,3 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2012 para 17,0 em 2016.

A taxa de mortalidade geral teve também uma evolução favorável, passando de 5,2 óbitos para cada mil habitantes em 2012, para 4,9 óbitos para cada mil habitantes em 2016 (Gráfico 2).

A taxa de mortalidade infantil teve também uma redução considerável, passando de 26,3 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2012, para 17,0 por mil nascidos vivos em 2016.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de mortalidade geral total e por género (2012-2016)

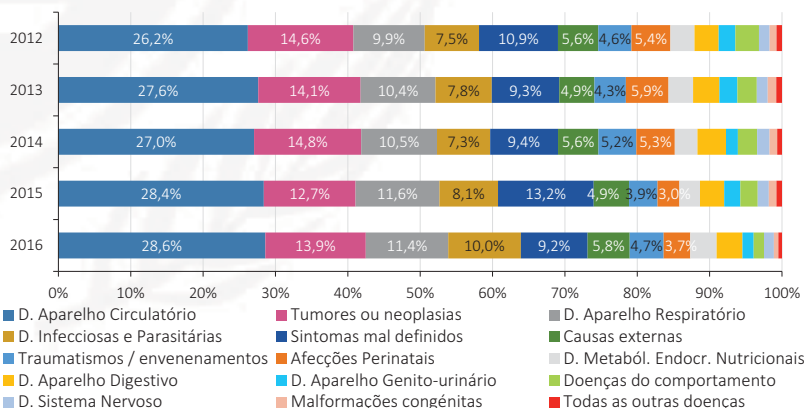


Fonte: SVIRE/DNS/MSSS, Relatório Estatístico 2016 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde. PNDS 2017-2021.

Em relação às principais causas de mortalidade, 4 grupos de doenças representam 64% dos óbitos (2012-2016), sendo estas:

- Doenças do aparelho circulatório;
- Tumores ou neoplasias;
- Doenças do aparelho respiratório;
- Doenças infecciosas e parasitárias.

Gráfico 3 - Representatividade dos óbitos em Cabo Verde segundo as principais causas (2012-2016)



Fonte: SVIRE/DNS/MSSS, Relatório Estatístico 2012 a 2016 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde, extraído do PNDS 2017-2021

Os dados mostram que o grupo de doenças crónicas são as primeiras causas de mortalidade, mas ainda se verifica um peso importante das doenças infecciosas e parasitárias. É importante destacar o peso significativo dos sinais e sintomas mal definidos e das causas externas, no quadro de mortalidade.

Devido a vários fatores, entre os quais o envelhecimento da população e estilos de vida, as doenças não transmissíveis como a hipertensão, diabetes e doenças do foro oncológico têm aumentado significativamente.

Este processo de mudança da estrutura etária e epidemiológica da população, vai gerar novas demandas sanitárias e sociais e de previdência social, devendo ser reconhecido e considerado no planeamento de todas as políticas do país.

Estas e outras mudanças verificadas pelo Sistema Nacional da Saúde (SNS), orientam para a necessidade de se desenvolver mecanismos institucionais de suporte e promoção da pesquisa em saúde, subsidiando a tomada de decisões no processo de planeamento, com base em dados e informações factuais, contexto no qual se insere a criação do INSP.

3. O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde

Antecedentes e realizações

O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde foi criado em 2014, através da Resolução n.º 21/2014 de 14 de março – B.O. N.º 18, I SÉRIE, a mesma Resolução que extingue o Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS).

O CNDS tinha como objetivo, de acordo com Decreto-Lei n.º 37/93, de 28 de junho, revogado pelo Decreto-Lei n.º 24/99, de 3 de maio: *garantir a coordenação multissetorial das atividades subjacentes ao desenvolvimento sanitário.*

Com a publicação da Lei n.º 96/99, de 22 de março, o CNDS, enquanto serviço personalizado do Estado, passou a ser expressamente considerado instituto público, sujeito à superintendência do Governo.

A Lei nº 41/2004, de 5 de abril, que aprovou as Bases do Serviço Nacional de Saúde, conferiu, entre outros, especial relevância à coordenação multisectorial, à formação dos técnicos, no rol das atribuições do CNDS.

Em 2007, a Política Nacional da Saúde 2020 apontava para a necessidade de se desenvolver mecanismos institucionais de suporte e promoção da pesquisa e da investigação no país, privilegiando os de coordenação, da observância da ética e da ligação entre os serviços existentes.

Para dar melhor resposta aos desafios, o Estado deve organizar-se para gerir o conhecimento, com vista a:

- ✓ Tratar de maneira adequada e com rapidez as demandas e os desafios;
- ✓ Construir referências e procedimentos, para que todos os atores possam atuar como parceiros, na elaboração e na implementação de políticas públicas;
- ✓ Promover a redução das desigualdades sociais e o acesso universal a um nível aceitável de qualidade de vida para a sociedade.

A criação do INSP insere-se nesse contexto, como órgão de produção de evidências e bases fatuais, para a tomada de decisão e a organização da ação, com vista à obtenção de resultados em saúde.

O Sistema Nacional de Saúde passa a contar com um ator de referência, em domínios prioritários. O INSP foi criado como um Instituto Público, integrado na administração indireta do Estado, enquanto serviço personalizado dotado de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, científica e técnica, com estrutura, organização e atribuições definidas nos respetivos estatutos.

Iniciativas e Ganhos do INSP

Para dar respostas à missão e atribuições do INSP, optou-se pela organização das mesmas em pilares, conforme as prioridades do Sistema Nacional de Saúde, a saber, i) Gestão e Desenvolvimento Institucional, como área transversal; Investigação em Saúde; ii) Formação e capacitação; iii) Observatório Nacional da Saúde; iv) Desenvolvimento da Capacidade Laboratorial; v) Promoção e Comunicação em Saúde.

No que diz respeito à **Gestão e Desenvolvimento Institucional**, destacam-se as parcerias e protocolos de cooperação, realizados com parceiros relevantes na área da saúde pública, tanto nacionais como internacionais, a elaboração do anteprojeto e aquisição do terreno para o novo edifício do instituto e a nomeação da Instituição Nacional de Coordenação (INC), quadro da abordagem “Uma Só Saúde”, servindo de ligação entre o país e o Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças (CRVCD), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no quadro das emergências em Saúde Pública. Neste âmbito, foi instalado no INSP em 2018, o Centro Nacional de Operações de Emergências em Saúde Pública (CNOESP), com o objetivo de contribuir para a melhoria da resposta nacional a situações de emergência em saúde pública.

Em relação à **Investigação em Saúde**, tendo em conta as limitações de recursos técnicos e financeiros, optou-se pela priorização de temáticas para pesquisas organizadas, em áreas de concentração, a saber, i) Doenças Transmissíveis; ii) Doenças não Transmissíveis, Saúde Mental e Causas Externas; iii) Políticas e Sistemas de Saúde; iv) Determinantes da Saúde. Para implementação das áreas e linhas de pesquisa foram constituídos grupos de pesquisa que passaram pelo envolvimento dos interessados dentro do Sistema Nacional de Saúde, das universidades, dos institutos e demais instituições. Os grupos dispõem de autonomia, em termos de elaboração e apresentação de projetos, conforme as áreas e linhas de pesquisa.

A matéria de **Formação e capacitação** está organizada em duas categorias. Uma formação interna dirigida aos quadros do INSP nos diversos domínios, incluindo línguas e normas de funcionalismo público, e outra externa que cobre as formações em áreas temáticas específicas, organizadas em parcerias com outros institutos e universidades. Especificamente na formação externa destacam-se as formações sobre metodologias de investigação, elaboração de projetos e escrita científica, estatística e análise de dados.

O **Observatório Nacional da Saúde (ONS)** foi priorizado como uma das principais atribuições em matéria de vigilância em saúde, com a finalidade principal de análise dos dados secundários, produzidos pelos diferentes serviços de saúde, refletidos no relatório estatístico e boletins de vigilância devidamente validados. O ONS foi organizado de modo que permite, ainda, a análise dos dados relacionados com a saúde (dados sobre determinantes da saúde), produzidos por outros serviços e instituições. O Sistema de Informação Geográfica em Saúde (SIG-SAÚDE) é um dos instrumentos centrais do ONS, permitindo a organização de mapas de eventos de saúde no território onde ocorrem, incluindo análise de dados primários de determinadas condições e eventos tidos como prioritários. Para a organização do ONS foi desenvolvido uma plataforma tecnológica, com o apoio do Núcleo Operacional para o Sistema de Informação (NOSI), com o apoio da Organização Mundial da Saúde e da Organização Oeste Africana da Saúde. É possível atualmente produzir relatórios sobre morbidade e mortalidade, cobertura dos serviços, financiamento, discriminados em nacional, regional, ilhas, municípios, com projeção para análises a nível de freguesias, localidades e bairros.

O **Desenvolvimento da Capacidade Laboratorial** tem como foco o Laboratório Nacional de Saúde Pública, integrando os mais variados componentes de um laboratório de saúde pública. No processo de organização priorizou-se, numa primeira instância, a unidade de Entomologia Médica (LEM) para colaborar nas respostas em matéria de doenças transmitidas por vetores, tendo em conta o peso específico dessas doenças no cenário nacional e regional e o compromisso do país no controlo e eliminação de algumas doenças como a malária. Ainda foi instalado o Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade de Água e Alimentos, com o apoio técnico do Instituto de Nacional de Saúde de Portugal, o

Dr. Ricardo Jorge e técnico-financeiro da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), no quadro do reforço do INSP, enquanto Instituição Nacional de Coordenação para a abordagem “Uma Só Saúde”. Foram estabelecidos protocolos, particularmente com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa (IHMT – UNL), que beneficiam os técnicos do laboratório, no reforço de capacidades em várias áreas e paralelamente o INSP tem recebido estagiários na área de laboratório. A integração do Laboratório de Virologia em 2018, veio reforçar ainda mais o papel do INSP na resposta a situações de arboviroses e outras doenças, transmitidas por vírus incluindo o VIH.

A **Promoção e Comunicação em Saúde** é o pilar que de certa forma vinha sendo implementado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário. Com a criação do INSP, com a missão também de coordenar e promover a adoção de políticas de promoção da saúde, numa perspetiva multissetorial e pluridisciplinar, optou-se pela organização do pilar em unidades que contemplam intervenções prioritárias para o que se pretende para a promoção da saúde, nomeadamente, i) Prevenção das doenças; ii) Promoção de Comportamentos Saudáveis; iii) Boas Práticas em Saúde, e iv) Parcerias a Favor da Saúde/ Reforço da Ação Intersectorial para agir sobre os determinantes da saúde. Visando dotar os profissionais de saúde de instituições parceiras, de melhores capacidades e instrumentos para atuarem de forma articulada, em matéria de promoção da saúde, tem-se promovido a constituição de equipas de promoção da saúde, a identificação e integração de prioridades nos planos concertados com autoridades regionais e locais, a elaboração e implementação de projetos em áreas temáticas prioritárias. Para reforçar a integração da promoção em todas as políticas e implementação de ações concertadas, foram realizados cinco ateliers regionais e aprovado o **Plano Nacional de Promoção da Saúde 2018-2021**, com a assistência técnica da OMS.

Sendo a produção e disseminação de mensagens diversos sobre saúde, uma das ações importantes de promoção da saúde, foi desenvolvido mecanismos de reforço de articulação com os meios de comunicação social, através de protocolos, e vem sendo implementados programas concertados, destacando o “Programa Saúde em Ação”.

3.1. Missão e atribuições do INSP

A missão de uma organização é definida como a razão de ser da instituição, o que justifica a sua existência ou contribuição para a sociedade. Em geral, os processos de planeamento estratégico começam com a discussão ou revisão da missão, definindo as prioridades da organização e o modelo de divisão de trabalho, para posteriormente alcançá-las.

O Estatuto do INSP define em seu artigo 3.º a sua **Missão**:

Missão institucional do INSP:

“Gerar, desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a saúde e seus determinantes, visando o fortalecimento das políticas públicas e a melhoria do sistema de saúde, em prol do bem-estar da população de Cabo Verde”.

O INSP tem, ainda, por missão “...coordenar e promover a adoção de políticas de promoção da saúde no país, numa perspetiva multissetorial e pluridisciplinar”.

Vale ressaltar que a maioria dos Institutos Nacionais de Saúde Pública no mundo, tem emergido de laboratórios nacionais de saúde, com forte influência da teoria microbiana de Pasteur, muito focada na doença. No caso do INSP de Cabo Verde, nasce com uma perspetiva inovadora, com um papel estratégico na geração de conhecimentos e evidências, para facilitar a tomada de decisões relacionadas com os determinantes da Saúde, com foco nos determinantes sociais da saúde, bem como um papel de liderança nas políticas de promoção da saúde. A definição de uma missão muito inovadora para o INSP constata-se na forte liderança e no engajamento das autoridades sanitárias cabo-verdianas com os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos determinantes da saúde.

A missão identificada para o INSP, assume um papel abrangente e um caráter estratégico para a saúde e o bem-estar da população cabo-verdiana, à luz do atual processo de globalização, de um modelo de desenvolvimento que gera, por definição, profundas iniquidades sociais e suas consequências para a saúde.

As **atribuições** do INSP inscrevem –se **em áreas consideradas centrais**, para o sistema de saúde:

1. Investigação em Saúde;
2. Vigilância em Saúde;
3. Desenvolvimento dos laboratórios de saúde pública;
4. Capacitação e formação dos recursos humanos em saúde pública;
5. Informação e comunicação em saúde, em ciência e tecnologia da saúde;
6. Prestação de serviços, em condições a serem estabelecidas, de assessoria técnica e científica, a entidades públicas e privadas, na área de suas atribuições;
7. Desenvolvimento de ações de cooperação técnico-científica, com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, no âmbito das suas atribuições.

4. O INSP e o seu alinhamento com as orientações estratégicas nacionais e internacionais

4.1. Agenda 2030

A nível global, a Agenda 2030 e os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)- “Samoa Pathway³⁹”, constituem importantes diretivas balizadoras da política de desenvolvimento de Cabo Verde.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem sido fruto de um importante processo de trabalho global entre os Governos e a Sociedade Civil, tendo como metas erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as mudanças climáticas.

A implementação dos ODS em Cabo Verde abrange diversas áreas interligadas, tais como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade, a criação de emprego digno, a sustentabilidade energética e ambiental, a conservação e gestão dos oceanos, a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e o combate à desigualdade em todos os níveis.

O ODS 3 corresponde à Saúde e ao Bem-Estar, embora os outros ODS também constituam importantes determinantes da saúde, particularmente os ODS 1 (combate à pobreza), ODS 2 (acesso aos alimentos de qualidade), ODS 4 (acesso à educação de qualidade), ODS 6 (acesso à água potável e o saneamento) e o ODS 8 (Emprego Pleno).

O ODS 3 Saúde e Bem-Estar contém nove metas e quatro meios de implementação.

Quadro 1: Metas e Meios de Implantação do ODS Saúde

Metas
<ol style="list-style-type: none">1. Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menores de 70 por 100 mil nascidos vivos até 2030.2. Acabar com a mortalidade de recém-nascidos e crianças abaixo de 5 anos até 2030.3. Acabar com as epidemias de HIV, Tuberculose, Malária e doenças tropicais negligenciadas e combater as hepatites, as doenças transmissíveis pela água e outras doenças transmissíveis, até 2030.4. Reduzir em um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis, por meio de prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar, até 2030.5. Reforçar a prevenção e o tratamento de abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas estupefacientes e uso nocivo do álcool.6. Reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes de trânsito, em nível global, até 2030.7. Assegurar o acesso universal a serviços assistenciais de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planeamento familiar, informação e educação e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais, até 2030.8. Alcançar a cobertura universal em saúde (UHQ), incluindo a proteção aos riscos financeiros, acesso aos serviços assistenciais essenciais de qualidade e acesso aos medicamentos e vacinas essenciais de qualidade e a preços acessíveis para todos.
Meios de Implementação
<ol style="list-style-type: none">a. Fortalecer a implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, em todos os países, conforme cada caso.b. Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos, contra as enfermidades transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, propiciando o acesso a medicamentos e vacinas a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que assevera aos países em desenvolvimento o direito de usar plenamente o disposto no Acordo Trips, com relação às flexibilidades para a proteção da saúde pública e, em particular, propiciar o acesso a medicamentos para todos.c. Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e treinamento e retenção da força de trabalho em saúde, nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.d. Aumentar a capacidade de alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos em saúde nacionais e globais.

Fonte: <http://www.who.int/topics/sustainable-development-goals/targets/es/> Acesso: Novembro, 2018

4.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)

O PEDS 2017-2021 é o plano que materializa o Programa do Governo para a IX legislatura e foi elaborado com base nas recomendações globais e nas prioridades nacionais. Para a área da saúde e seus determinantes sociais, o PEDS apresenta um conjunto de desafios a que dará uma resposta para o seu cumprimento.

As prioridades deste plano estratégico deverão assim considerar as orientações do PEDS na questão das iniquidades, corrigir as assimetrias regionais, contribuir para o envelhecimento ativo e

saudável, promover a formação e investigação na área da saúde, **adequada às necessidades do mercado**, melhorar o acesso à informação para a saúde, através das **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**, **o ensino à distância**, entre outros.

Ainda no âmbito do PEDS e para o setor da saúde, aponta-se a necessidade de uma **Nova Carta Sanitária**, que leve em consideração não só a **dimensão da população residente**, mas também a **demandas turística, adequando a oferta às necessidades atuais** e perspectivas futuras, a melhoria da saúde como pilar importante do desenvolvimento económico, que são orientações que o INSP terá de ter, uma ação muito importante e a que este plano estratégico deverá dar resposta.

De acordo com o PEDS, alguns aspetos precisam ser reforçados, particularmente a questão da qualidade e humanização dos serviços de saúde, a cobertura dos recursos humanos, o sistema de informação sanitária, os serviços de inspeção e a regulação da saúde.

A dispersão geográfica, causada pela insularidade, requer o desafio de **políticas públicas que favoreçam a descentralização** e a aposta na territorialização dos **instrumentos de gestão do desenvolvimento e melhoria do exercício das atribuições do nível local**.

O fato de Cabo Verde **importar mais de 80% dos alimentos** de que a sua população necessita, torna necessário o reforço dos sistemas de vigilância e **controlo de qualidade** dos mesmos.

Programas de adaptação, resiliência e mitigação, devem ser reforçados, tendo em conta **os problemas ambientais**, produzindo períodos de secas prolongadas, com todas as suas consequências na atividade económica e na saúde das populações.

4.3. Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário

O principal instrumento, que descreve as orientações estratégicas da política para o setor da saúde, é o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS).

O PNDS 2017-2021 em fase de validação, reconhece as conquistas alcançadas, mas também as novas necessidades em saúde, como consequência das mudanças no panorama sanitário nacional.

Figura 1 - Principais fatores de mudança de paradigma



Fonte: PNDS 2017-2021

O elevado peso das doenças crónicas, gera um **aumento das necessidades de profissionais especializados, continuidade dos cuidados e utilização de recursos de forma coordenada e eficiente**, assim como uma **resposta dos diferentes sectores, para abordar os determinantes da saúde e apostar na promoção de hábitos e comportamentos saudáveis**.

A visão definida para o PNDS 2017-2021 é: *“contribuir para melhorar os cuidados de saúde à população de Cabo Verde, numa abordagem holística e integrada, de forma a proporcionar mais saúde e bem-estar à população, com um acesso universal e equitativo aos diferentes níveis de cuidados”*.

O PNDS 2017-2021 define 8 eixos estratégicos (Figura 2), com 24 áreas de atuação, contemplando uma perspetiva holística, para dar resposta às necessidades atuais e aos novos desafios da saúde.

Figura 2: Eixos estratégicos e iniciativas do PNDS 2017-2021

Reorientação do modelo de governança para resultados em saúde e bem-estar	1	Criar a Entidade Reguladora da Saúde
	2	Centralizar funções críticas para alcançar a estratégia
	3	Consolidar a descentralização com novas Regiões Sanitárias
	4	Apostar na Saúde familiar e institucionalizar o médico de família
Promoção da Saúde e Melhoria da prestação de cuidados	5	Desenvolver e implementar os Programas e Planos de Saúde
	6	Criar e implementar o Plano Nacional de Promoção de Saúde
	7	Reforçar e consolidar a adoção da telemedicina
	8	Criar um serviço nacional de emergência pré-hospitalar
	9	Implementar a rede de referência, deslocações periódicas e unidade móvel
	10	Implementar a Rede Nacional de Laboratórios e o Laboratório Nacional de Saúde Pública
Desenvolvimento de recursos humanos e da investigação	11	Reforçar o dimensionamento dos profissionais de saúde
	12	Promover a valorização e fixação dos profissionais
	13	Consolidar o curso de medicina em Cabo Verde e desenvolver a formação especializada
	14	Promover o desenvolvimento da investigação e criar o estatuto do Pesquisador
Adequação das infraestruturas e dos equipamentos	15	Remodelar e construir infraestruturas de saúde
	16	Implementar o plano de aquisição e manutenção de equipamentos fixos e móveis
Desenvolvimento do setor farmacêutico	17	Implementar e monitorizar a aplicação da Política Farmacéutica Nacional
	18	Promover o desenvolvimento e integração do farmacêutico no sistema de saúde
Melhoria do sistema de informação e comunicação	19	Constituir uma Task Force para implementação do Sistema de Informação de Saúde
	20	Melhorar o sistema de comunicação, gestão de risco e segurança
Sustentabilidade financeira do setor da saúde	21	Promover o aumento de receita e otimizar a eficiência
	22	Rever a política de comparticipações e isenções nos cuidados de saúde
Promoção da cooperação e atuação intersectorial	23	Desenvolver e implementar o conceito "One Health", integrando a Saúde em todas as políticas
	24	Promover e potenciar a cidadania

Fonte: PNDS 2017-2021

Para o INSP, os eixos mais relevantes dentro do PNDS são: 2 - promoção da saúde e melhoria da prestação de cuidados, 3 – desenvolvimento dos recursos humanos e da investigação, 4 – adequação das infraestruturas e dos equipamentos, 6 – melhoria do sistema de informação e comunicação, e 8 - promoção da cooperação e atuação intersectorial.

4.4. CPLP e IANPHI

O Plano Estratégico da Cooperação em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PECS/CPLP), prioriza para o período 2018-2021, seis eixos estratégicos sectoriais:

1. Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde;
2. Sistemas de Saúde;
3. Informação e Comunicação em Saúde;
4. Investigação em Saúde;
5. Monitorização e Análise da Situação de Saúde e do Cumprimento dos ODS;
6. Emergências e Desastres naturais.

A Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP/CPLP), que foi criada formalmente em 2011, com a finalidade de “advogar e apoiar a criação de INSP nos países onde estes ainda não existem, nomeadamente, em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, considerando que os sistemas nacionais de saúde de cada Estado membro, independentemente da sua dimensão, tamanho da sua população ou localização geográfica, devem constituir instituições que assegurem a geração e disseminação de evidências técnicas e científicas, necessárias ao processo de tomada de decisões políticas e estratégicas setoriais, autônomas e soberanas”.⁴

O surgimento da RINSP/CPLP teve a cooperação de importantes parceiros, como a Fundação Oswaldo Cruz do Brasil (Fiocruz), o Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal (IHMT) e da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública –IANPHI. Essa rede tem sido importante para o desenvolvimento e fortalecimento do INSP e esse plano estratégico segue as principais linhas de ação traçadas pela RINSP/CPLP, numa ótica de parceria e articulação com todos os INSP da CPLP, rumo a um desenvolvimento harmonioso, bebendo um pouco da experiência dos outros Institutos nacionais de saúde pública. Importa realçar que o INSP contou, na sua instalação, das instituições da RINSP, nomeadamente a parceria da Fiocruz e IHMT.

A RINSP/CPLP impulsiona a ideia das **Instituições Estruturantes**, que são consideradas pilares para a formulação e implementação de políticas públicas na área da saúde, assim como do funcionamento e da governança dos sistemas de saúde (os institutos nacionais de saúde, as instituições de formação de recursos humanos, especialmente aquelas que se dedicam à capacitação avançada, além de instituições de referência em atenção primária e especializada). Esse novo paradigma introduz inovações em duas dimensões:

- a) integra o desenvolvimento de recursos humanos com o desenvolvimento organizacional e institucional;
- b) parte da explicitação de recursos e capacidades endógenas de cada país, para que os próprios atores locais possam assumir a liderança necessária, para a formulação de uma futura agenda de desenvolvimento da saúde e sua implementação de forma sustentável.

IANPHI - Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública

O INSP é membro da IANPHI desde outubro de 2016. A IANPHI dispõe de um documento orientador designado “Estrutura Básica para a Criação e Desenvolvimento dos Institutos Nacionais de

⁴ Ata de Constituição da RINS/CPLP, Bissau, março de 2011.

Saúde Pública⁵, que define as funções centrais dos INSP, nomeadamente: a) *Avaliação e análise sobre o estado geral da saúde*; b) *Vigilância pública e sanitária, investigação do problema e controlo dos riscos e ameaças à saúde pública*; c) *Programas de prevenção e promoção da saúde*; d) *Participação social na saúde*; e) *Planeamento e gestão*; f) *Regulamentação e cumprimento regulamentar*; g) *Avaliação e promoção de cobertura e acesso aos serviços de saúde*; h) *Formação e desenvolvimento dos recursos humanos*; i) *Controlo de qualidade dos serviços de saúde a nível pessoal e populacional*; j) *Pesquisa em saúde pública e redução do impacto de emergências e desastres na saúde*.

A IANPHI também destaca os desafios identificados para os INSP, assinalando:

- ***Necessidade de um compromisso a longo prazo***, para dar resposta a uma série de problemas de saúde.
- ***Reforço de Recursos*** financeiros, humanos e tecnológicos, para fazer vigilância sanitária e pesquisa e executar outras funções básicas da saúde pública.
- ***Necessidade de coordenação*** das respostas em saúde pública, numa ótica de multissetorialidade e pluridisciplinaridade.

As funções identificadas pela IANPHI são concordantes com as que têm sido estabelecidas para o INSP de Cabo Verde e o PECS/CPLP atribui um importante papel aos INSP na sua implementação. De igual forma, os três desafios identificados pela IANPHI coincidem com os que experimenta o INSP, que devem ser considerados no processo de desenvolvimento institucional.

4.5. Organismos internacionais

As orientações emanadas pela OMS, pela Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) e assumidos pelo Governo de Cabo Verde, serão consideradas no plano estratégico dentro da sua missão e atribuições, permitindo subsidiar as respostas para o controlo de algumas doenças. De entre essas destaca-se a vigilância das doenças não transmissíveis, do VIH Sida, Tuberculose e Malária, a vigilância no contexto da abordagem “Uma Só Saúde” e a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), no quadro da criação e implementação do Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças (CRVCD) e das Instituições Nacionais de Coordenação.

⁵ Ver IANPHI (2007) “*Estrutura Básica para a Criação e Desenvolvimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs)*”. Disponível em: http://www.ianphi.org/_includes/documents/Portuguese%20NPHI%20framework.pdf. Acesso: nov.2018

5. Análise SWOT

A análise da situação do INSP teve como base a consulta de documentos orientadores das políticas nacionais de saúde e entrevistas com as autoridades sanitárias e parceiros do MSSS, permitindo a identificação das Forças, das Fraquezas, das Oportunidades e das Ameaças.

Forças:

- Existência de Estatuto com definições da missão, visão e atribuições do INSP.
- Órgãos de Gestão (Conselho de Administração e Conselho Consultivo) instituídos.
- Reconhecimento pelos atores sectoriais e demais parceiros do papel estratégico do INSP.
- Estabelecimento de protocolos de colaboração e de cooperação com parceiros estratégicos e outros em curso.
- Projeto de construção e equipamento do novo edifício em curso e de mobilização de fundos para sua execução.
- Designação do INSP como Instância Nacional de Coordenação⁶, para a abordagem “One Health”.
- Existência de uma projecção das necessidades de recursos humanos para os próximos três anos.
- Existência de um Plano Nacional de Promoção da Saúde.
- Existência de uma orgânica da instituição e instalação dos serviços e departamentos prioritários.
- Boa relação intersectorial com todas as estruturas do MSSS, demais Ministérios e instituições, serviços e ONG.
- Boa articulação do INSP com outras áreas do MSSS e organismos estatais, nomeadamente dos setores educação, agricultura, ambiente, desporto, finanças etc. e com a RINSP da CPLP.
- Existência da logomarca e do website.
- Existência de Proposta de Regulamento Interno.

Fraquezas:

- Insuficiência de recursos humanos, financeiros, materiais e técnicos.

⁶ A Instância Nacional de Coordenação não é um novo organismo, mais sim trabalha matricialmente com diferentes organismos existentes em Cabo Verde (DGASP, DNS, DNA, etc) visando dar respostas às epidemias e epizootias, as ameaças e riscos sanitários desde a abordagem “One Health” (Uma só Saúde).

- Necessidade de maiores capacidades técnicas, incluindo materiais e equipamentos para cumprir as suas atribuições.
- Necessidade de reforço institucional para melhorar as capacidades de liderança em determinadas áreas de suas atribuições.
- Processo de aprovação e implementação do regulamento interno e plano de cargos, carreiras e salários não concluído.
- Necessidade de reforçar o papel do Observatório Nacional de Saúde, por parte dos atores do SNS e intersectorialmente.
- Necessidade de reforço dos mecanismos de articulação com os diferentes serviços, direções e programas do MSSS, para o desenvolvimento e implementação de planos de ação conjunto.
- Insuficientes recursos para desenvolver as atribuições vinculadas à investigação em saúde.
- Insuficientes recursos para desenvolver as atribuições vinculadas à formação e capacitação dos RH.

Oportunidades:

- Determinação e engajamento político das autoridades governamentais e sanitárias com a saúde pública.
- Áreas de Governabilidade do INSP, refletidas nos documentos estratégicos como o PEDS 2017-2021 e o PNDS 2017-2021.
- Reconhecimento de um papel estratégico do INSP em áreas temáticas prioritárias do Sistema Nacional de Saúde.
- Oportunidade de estabelecimento e implementação de protocolos de cooperação com parceiros diversos, incluindo instituições congéneres.
- Posicionamento do INSP para a produção de evidência que apoie as tomadas de decisões em matéria de políticas públicas de saúde.
- Participação em diversas redes, como uma oportunidade para o campo de atuação e manter-se conectado e atualizado com os eventos de interesse para a saúde pública.
- Autonomia do INSP para a celebração das parcerias estratégicas.
- Oportunidade de posicionar ao INSP com papel estratégico para facilitar a implementação da Agenda 2030 e seus ODS.

Ameaças e Riscos:

- Cenários de limitados recursos orçamentais.

- Dificuldade de acesso ao financiamento externo e da cooperação.
- Possibilidade de mudanças das prioridades da política sectorial.
- A não aprovação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários, apropriado para uma instituição de ciência e tecnologia em saúde.
- Saída de Recursos Humanos do serviço público de saúde, devido a condições de trabalho mais atrativas em outros serviços.

O Plano Estratégico do INSP 2019-2021 é desenvolvido em eixos estratégicos, resultantes da análise SWOT e do alinhamento com as políticas e objetivos nacionais e internacionais (Programa do Governo, PEDS, PNDS, ODS, PECS/CPLP). A definição dos eixos estratégicos teve também como base uma consultoria técnica realizada pela RINSP e IANPHI, em janeiro de 2017.

6. Diretrizes do Plano

O Plano Estratégico do Instituto Nacional de Saúde de Cabo Verde é um documento de natureza estratégica e operacional, permitindo dar um suporte à materialização da sua política institucional para o horizonte 2021, enquadrado neste conjunto de orientações e documentos estruturantes: o Programa do Governo para a IX Legislatura, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2017-2021, mas também por instrumentos operacionais que permitam a concretização dessas políticas.

Figura 3: Documentos enquadradores do Plano Estratégico do Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde (2018-2021)



7. Visão e eixos estratégicos do Plano Estratégico do INSP

Da análise efetuada foi identificado, como sendo o principal desafio do INSP: **Fortalecimento da capacidade institucional para a geração de conhecimento e evidências para subsidiar o processo de formulação de políticas e tomadas de decisão, em aspetos relacionados com a saúde e seus determinantes.**

Visando abordar o principal desafio identificado, torna-se fundamental refletir sobre a elaboração e implementação do Plano Estratégico 2019-2021 e construir a **visão** do que se quer para o INSP, no horizonte da implementação do Plano Estratégico.

Nesse sentido, define-se a seguinte **visão** do Plano Estratégico para o horizonte 2019-2021:

Consolidar o INSP como uma instituição com liderança nacional, na geração e disseminação de conhecimentos sobre a saúde e seus determinantes; na coordenação da adoção das políticas de promoção da saúde, subsidiando e apoiando a formulação de políticas, planos e processo de tomadas de decisões para o fortalecimento do sistema nacional da saúde.

Para alcançar a visão proposta para o INSP, o Plano Estratégico do INSP 2019-2021 propõe seis eixos estratégicos, abrangendo uma perspectiva de multissetorialidade e pluridisciplinaridade em prol da sua missão institucional:

Eixo 1: Vigilância em Saúde Pública e Análise dos Determinantes Sociais e da Saúde (DSS).

Eixo 2: Sistema Nacional de Laboratórios.

Eixo 3: Comunicação e Promoção da Saúde.

Eixo 4: Investigação em Saúde.

Eixo 5: Capacitação e formação dos RH.

Eixo 6: Desenvolvimento Institucional.

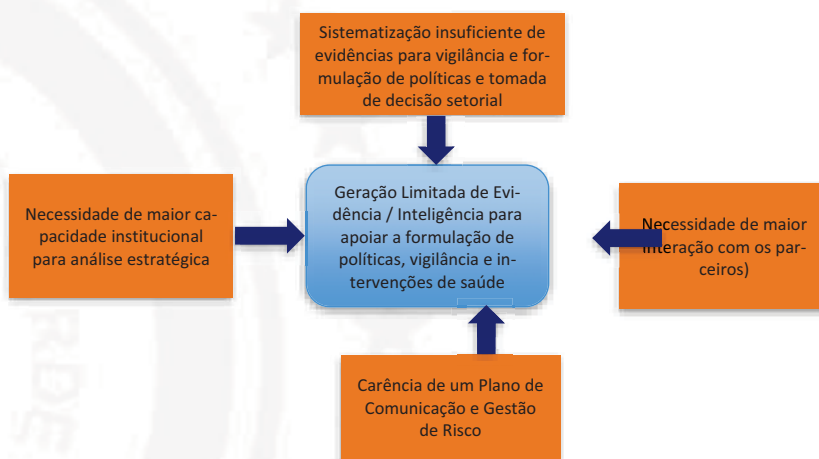
Figura 4: Plano Estratégico 2018-2021: Desafio Principal, Eixos Estratégicos e Visão



Este eixo justifica-se pela identificação do INSP na geração de informações, fazendo ênfases na necessidade de que os dados e informações do SNS sejam analisados estrategicamente, adicionando valor que permitam recomendações, subsidiando as tomadas de decisões e as políticas.

7.1.1. Justificação

Para o posicionamento estratégico do INSP na vigilância em saúde, há necessidade de melhor clarificação do papel e as responsabilidades dos diferentes atores nessa matéria, incorporando uma visão prospetiva.



O papel do Observatório Nacional de Saúde na elaboração de mapas sanitários, com dados epidemiológicos e seus determinantes georreferenciados, assim como o da distribuição dos recursos humanos e dos serviços de saúde no país, está alinhado com o posicionamento estratégico do INSP, no processo de melhoria do sistema de informação e comunicação, de acordo com as linhas do PNDS 2017-2021.

O Observatório Nacional de Saúde do INSP abre uma janela de oportunidades para identificar lacunas e iniquidades existentes, em termos de recursos, considerando o perfil sanitário e os determinantes sociais, permitindo assim uma importante ferramenta para a planificação nacional e ao nível das Regiões Sanitárias, Delegacias e Concelhos.

A consolidação da estratégia *One Health* abre uma dinâmica de trabalho colaborativa com as autoridades de Agricultura e Ambiente e demais parceiros, permitindo aprofundar os conhecimentos na área da saúde animal e ambiental.

Objetivos gerais:

1. Gerar informações que assegurem a intervenção oportuna e a tomada de decisões no controlo das doenças transmissíveis e não transmissíveis, monitorando, avaliando e analisando de forma continuada e abrangente os fatores de risco das doenças, as principais causas de morbilidade e mortalidade, a situação de saúde e seus principais determinantes.
2. Desenvolver uma estratégia de comunicação de riscos para as ameaças para a saúde pública, reforçando a capacidade de resposta numa perspetiva multisectorial.

7.1.2. Impacto no Sistema/Situação da Saúde

Contribuir para o conhecimento da situação da saúde e de seus determinantes e do próprio sistema de saúde, permitindo um olhar integral e uma ferramenta de gestão e planificação.

Subsidiar os Programas Nacionais de Saúde do MSSS, baseados em informações e análises estratégicas e seus determinantes, disponibilizando conhecimento estratégico para as tomadas de decisão e formulação de políticas do setor.

O INSP tem oportunidade de se posicionar estrategicamente, desenvolvendo um Plano de Resposta, Prevenção e Comunicação de Risco a nível nacional, tendo um papel catalisador para que os níveis locais assumam igualmente um protagonismo, envolvendo outros sectores e a sociedade civil. Visando fortalecer a capacidade local, propõe-se desenvolver um Curso de Formação para lideranças Comunitárias, na abordagem da proximidade e gestão de riscos.

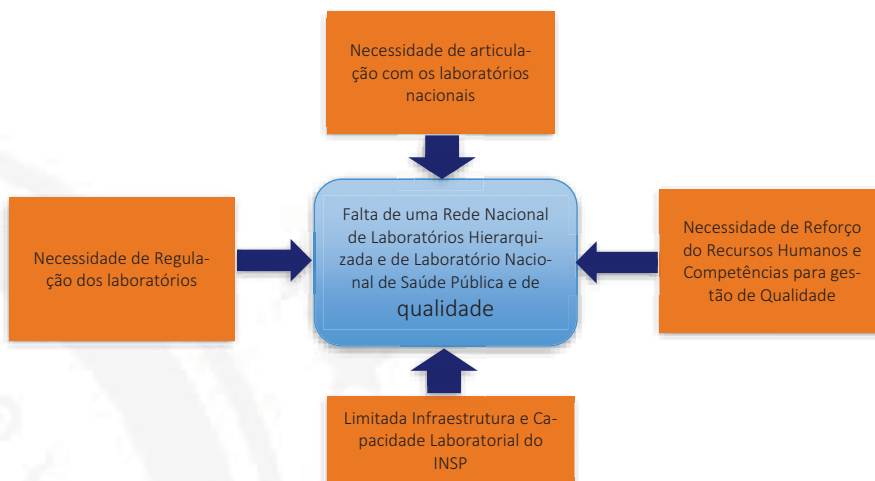
7.2. Eixo 2: Fortalecimento do sistema dos Laboratórios

Este eixo tem um valor estratégico expressivo para o INSP, na medida em que o próprio PNDS 2017-2021 tem priorizado a implementação da Rede Nacional de Laboratórios e o Laboratório Nacional de Saúde Pública.

7.2.1. Justificação

O INSP tem de consolidar e colocar em funcionamento o Laboratório de Qualidade de Água e Alimentos, bem como o fortalecimento dos Laboratórios de Virologia e do Laboratório de Entomologia, assim como a criação e funcionamento do Laboratório de Parasitologia e Microbiologia, bem como do Centro de Diagnóstico. Através dessa perspetiva, propicia-se a criação de um Sistema de Garantia e Controlo de Qualidade dos laboratórios, com o levantamento das características das equipas, em função das necessidades futuras. A criação e implementação de um Sistema de Garantia e Controlo de

Qualidade dos laboratórios, com um componente de capacitação, resulta num aspeto fundamental para o sucesso dessa ação.



A criação do Bio banco de amostras Biológicas ou bio repositório (humanas e ambientais), é uma das prioridades do INSP. Esta estrutura será uma ferramenta de investigação biomédica, que permitirá o avanço científico e médico, e ainda impulsionará colaborações científicas nacionais e internacionais.

A função da regulação dos laboratórios públicos e privados é uma das atribuições do INSP. Nesse sentido e com a criação da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS), o INSP poderá ser um parceiro da ERIS.

Objetivo geral: contribuir para o fortalecimento, a estruturação e gestão de um sistema nacional de Laboratórios para a vigilância e o diagnóstico, a organização e manutenção do património biológico e a regulação dos laboratórios privados na área de saúde pública.

7.2.2. Impacto no Sistema/Situação da Saúde

O diagnóstico oportuno, laboratorial, de doenças de transmissão vetorial, doenças transmissíveis emergentes e reemergentes e não transmissíveis e análise da qualidade de água e alimentos, visa apoiar os processos de vigilância sanitária, mitigando seu impacto sobre a saúde da população.

Melhoria na qualidade e confiabilidade dos resultados produzidos, com particular referência à rede de laboratórios de saúde pública.

Contribuir para o conhecimento das condições higio-sanitárias dos alimentos, visando a sua inocuidade e reduzindo o seu impacto sobre a população.

Contribuir para o funcionamento do processo de diagnóstico clínico, gerando benefícios para um melhor funcionamento do sistema hospitalar.

Estruturar o papel dos laboratórios na investigação para a saúde.

7.3. Eixo 3: Comunicação em Saúde e Promoção da Saúde

O Eixo justifica-se em virtude da missão do INSP em: “*coordenar e promover a adoção de políticas de promoção da saúde no país, numa perspetiva multissetorial e pluridisciplinar*”. Considera-se que esta é uma das áreas que permitirá um maior posicionamento estratégico do INSP.

7.3.1. Justificação

O INSP tem o papel importante de mobilizar todos os sectores de governo e atores da sociedade civil, impulsionando uma agenda de trabalho compartilhada, visando a construção de capacidades nos níveis descentralizados, a formação de formadores para a Promoção e abordagem dos determinantes da saúde.



Dentro deste eixo encontra-se o Plano Nacional de Promoção da Saúde-PNPS 2018-2021, que estabelece 8 eixos estratégicos de intervenção, em matéria de promoção da saúde em Cabo Verde, articulando a atuação intersectorial, em torno dos objetivos e prioridades estabelecidos, num processo contínuo para alcançar uma comunidade saudável, reforçando o conceito de “Municípios ou Cidades Saudáveis”.

O PNPS 2012-2021 estabelece 8 objetivos específicos, abrangendo o desenvolvimento dos 3 pilares da promoção da saúde:

Pilares	Eixos Estratégicos
Promoção da boa governança	1. Posicionar a promoção da saúde na agenda política nacional;
	2. Reforçar as políticas nacionais para maior eficácia na promoção da saúde;
	3. Reforçar as estruturas descentralizadas para o empoderamento das comunidades;
Criação de municípios saudáveis	4. Implementar planos multisectoriais municipais de promoção da saúde e prevenção do risco;
	5. Reforçar a promoção da saúde no âmbito da prestação de cuidados de saúde;
	6. Promover a formação e capacitação no âmbito da promoção da saúde;
Promoção da literacia em saúde	7. Promover um plano de comunicação sistemático e massificado com conteúdos adequados;
	8. Promover a divulgação de boas práticas.

O INSP deverá constituir-se como uma referência no país, na coordenação da rede E-portuguesa, conforme o PECS/CPLP, com um olhar para o desenvolvimento de uma biblioteca em saúde, contribuindo com a disseminação do conhecimento e com um melhor desempenho e desenvolvimento do Sistema Nacional de Saúde.

Objetivo geral: Promover e coordenar o desenvolvimento de uma política de promoção em saúde, contribuindo com a geração de conhecimento, boas práticas, lições aprendidas e ferramentas que permitam dar subsídios.

7.3.2. Impacto no Sistema/Situação da Saúde

Contribuir com um novo modelo de promoção da saúde, onde haja um forte protagonismo da comunidade e cuidado de sua saúde, por meio da promoção e prevenção em saúde.

Contribuir para a mobilização de todos os sectores do governo e atores da sociedade civil, para a criação de estilos de vida saudável, que permitam superar uma visão focada na doença.

O maior acesso a informações sobre a saúde e comportamentos saudáveis, permitirá uma responsabilização nos cuidados e na melhoria do estado de saúde da população. Por meio da geração de evidências das experiências nacionais e internacionais, propõe-se desenvolver intervenções do Estado, para propiciar a melhoria da saúde das populações, por meio de regulações e da estratégia de saúde em todas as políticas.

7.4. Eixo 4: Investigação em Saúde

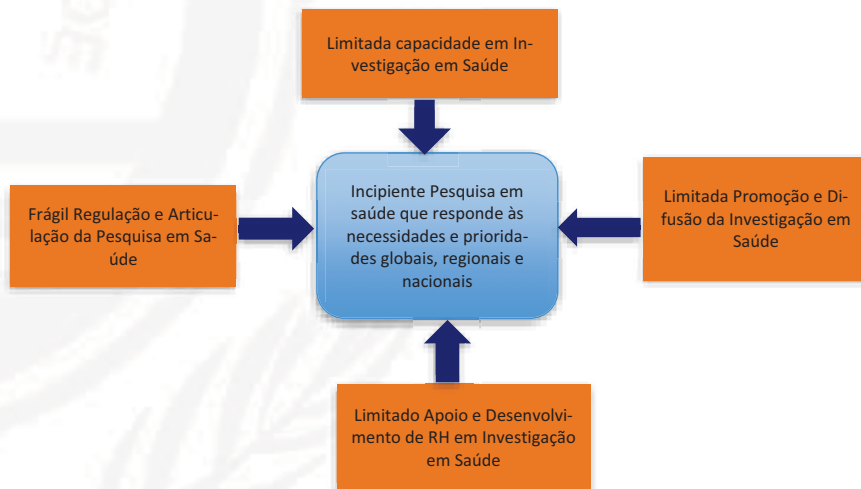
A investigação do INSP está direcionada para a geração de conhecimentos científicos que permitam atender com maior eficácia os desafios da promoção, prevenção e assistência à saúde, com impacto no bem-estar dos cabo-verdianos. Esse eixo é preponderante, pois constitui a primeira missão do INSP. É uma área que deve ser impulsionada para fazer face aos desafios do SNS.

7.4.1. Justificação

A investigação em saúde tem sido identificada como uma prioridade no PNDS 2017-2021, PEDS 2017-2021, PECS/CPLP 2018-2021. Contudo, existem desafios neste domínio, entre os quais: a criação de uma Plataforma de Investigação em Saúde⁷, construindo em forma participativa com uma agenda de prioridades, levantamento dos projetos em andamento e os desenvolvidos, dotação e mobilização de recursos financeiros para incentivar as investigações e produção de conhecimento científico, sua publicação e capacitação dos recursos humanos.

O Plano Estratégico do INSP visa o desenvolvimento de capacidades de investigação para uma análise comparada dos Sistemas de Saúde, identificando boas práticas que subsidiem a formulação de políticas de saúde.

A instalação e o funcionamento de uma Plataforma de Investigação em Saúde, visa incrementar o conhecimento e apoiar as tomadas de decisão dos atores do SNS, em todos os níveis, assumindo a liderança na investigação nacional em saúde e em colaboração e parceria com outros atores.



Objetivo geral: incentivar e desenvolver o conhecimento e a investigação em saúde (operacional e avançada), para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão em benefício da população cabo-verdiana.

⁷ A plataforma é composta por um conjunto de instrumentos que promovem a promoção, o apoio, a disseminação do conhecimento produzido e a promoção da pesquisa, numa perspectiva de saúde pública e o atendimento das prioridades de saúde de Cabo Verde.

7.4.2. Impacto no Sistema/Situação da Saúde

Aumento de produção científica nacional, promovendo maior autonomia na busca de conhecimentos para as soluções dos principais problemas de saúde do país.

7.5. Eixo 5: Capacitação e Formação dos Recursos Humanos

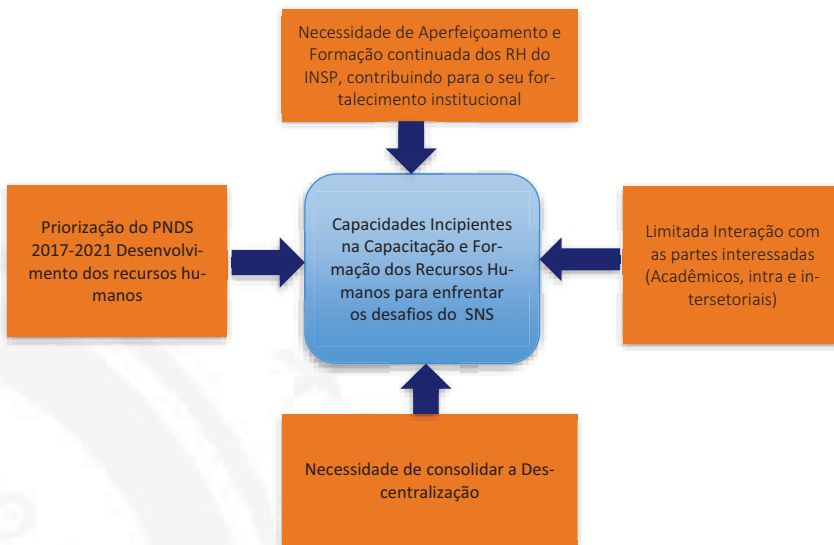
7.5.1. Justificação

O desenvolvimento dos Recursos Humanos tem sido identificado como uma prioridade dos mandatos globais (Agenda 2030 e seus ODS), Regional (OMS Afro, OOAS, PECS/CPLP 2018-2021) como a nível nacional, pelo PEDS (2017-2021) e o PNDS (2017-2021). Nesse sentido, o PNDS 2018-2021 prioriza: “**Promover a valorização e Fixação dos Profissionais**” e estabelece como fator crítico de sucesso a qualificação e o desenvolvimento dos seus profissionais. As atribuições, em matéria de desenvolvimento de recursos humanos, que tem o INSP, nomeadamente, na área de saúde pública, impõe a necessidade de um posicionamento estratégico no desenvolvimento de uma agenda, definindo as prioridades em capacitação e formação dos RH. A Formação Continuada em Gestão, reforçada em todos os níveis da pirâmide sanitária, constitui uma oportunidade para o INSP se posicionar estrategicamente, contribuindo novamente para os Planos de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde.

Neste contexto, o INSP constitui um ator chave, coordenando a elaboração dos Planos de formação continuada de todos os níveis do SNS, para cada região e município, elaborando propostas formativas e identificando possíveis parceiros para esta tarefa, desenvolvendo ofertas de capacitação no fortalecimento das competências em saúde pública em geral e de investigação em saúde.

A incorporação de ferramentas de Educação à Distância resulta num fator de sucesso, num país de natureza arquipelágica, constituindo uma importante oportunidade para o desenvolvimento de atividades de qualificação dos recursos humanos.

A capacitação e formação continuada tem que acompanhar todo o processo de implementação do Plano Estratégico nos diferentes eixos. Nesse sentido, o INSP tem que desenvolver o seu próprio Plano de Formação, visando o seu fortalecimento Institucional.



Objetivo geral: contribuir para a qualificação dos recursos humanos e para o fortalecimento institucional do INSP e a identificação das necessidades de formação e capacitação no país, para o reforço do Sistema Nacional de Saúde.

7.5.2 Impacto no Sistema/Situação da Saúde

Aumento de qualificação de recursos humanos de saúde nos âmbitos central, regional e municipal, com a consequente melhoria do desempenho do SNS.

Aumento de qualificação de profissionais do INSP, visando o fortalecimento institucional, para o reforço das sua missão e atribuições.

7.6. Eixo 6: Desenvolvimento Institucional

Trata-se de um eixo muito importante para o INSP, pois só com o desenvolvimento e implementação de instrumentos de gestão institucional, o INSP conseguirá estabelecer um forte compromisso com os parceiros, para a consecução da sua missão e atribuições, para o período 2019-2021.



7.6.1. Justificação

A aprovação do Regulamento Interno, a elaboração e aprovação do Plano de Cargos e Salários, a elaboração e aprovação de um Regulamento de Estágios, o acompanhamento de órgãos colegiais de gestão do INSP, a implementação da modernização administrativa, a implementação do sistema de gestão e avaliação de desempenho dos recursos humanos atuais e suas previsões futuras, em quantidade e perfis adequados, são fundamentais.

Por outro lado, há necessidade de se desenvolverem ações e atividades para promover a imagem institucional, assim como coordenando a comunicação externa da instituição.

Há ainda necessidade de consolidação dos processos administrativos, financeiros e patrimoniais, incluindo a execução do projeto de construção do novo edifício e identificação das necessidades funcionais (capacidades, materiais, equipamentos), para o funcionamento do novo edifício, com as previsões orçamentárias e de recursos humanos e fontes extra orçamentárias possíveis.

Objetivo geral: fortalecer a gestão integral e a consolidação da imagem institucional, visando atingir o maior grau de eficiência do INSP, promovendo a cooperação técnica nacional e internacional.

7.6.2. Impacto no Sistema/Situação da Saúde

O desenho de uma estratégia de comunicação institucional permite que a organização se torne mais eficaz na concretização de seus objetivos e atribuições, ao mesmo tempo em que se dá conta da importância das vontades e expectativas quanto ao papel que a instituição deveria desempenhar. O fortalecimento da imagem institucional do INSP permitirá mais eficácia na cooperação e identificação de novos parceiros, bem como para divulgar os resultados de seu desempenho.

O desenvolvimento de protocolos de cooperação técnica nacional e internacional permitirá fortalecer as atividades do INSP e consequentemente o alcance de suas atribuições.

Uma sólida política de cooperação técnica com instituições congêneres permitirá contribuir para a qualificação do INSP, visando um melhor cumprimento da sua missão institucional.

Este Eixo, assim como os seus projetos, garantem a implementação de todas as atividades identificadas no Plano Estratégico do INSP.

8. Atores e Parceiros na Implementação do Plano

Visando contar com capacidades e inteligência necessárias para a geração de conhecimentos estratégicos para apoiar a política nacional de saúde, o próprio Estatuto do INSP no seu Artigo 12º, alínea k) estabelece a possibilidade de: *“Criar Grupos de Trabalho e Comissões Técnicas para consulta ou análise de questões de interesse para a saúde pública...”*, possibilitando uma janela de oportunidades para a sua atuação, além dos protocolos que podem ser formalizados com as instituições.

Na matriz de Atividades serão identificados os atores para o desenvolvimento de parcerias necessárias em relação a cada uma das mesmas.

A implementação do Plano Estratégico precisa do desenvolvimento da cooperação e da formalização de protocolos com outros atores institucionais, tanto nacionais como internacionais. O quadro nº 4 - embora não seja conclusivo, visa identificar parceiros em relação a cada eixo estratégico do Plano.

Quadro nº4: Identificação de potenciais atores e parceiros nacionais e internacionais

Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais
Serviços Centrais do MSSS incluindo CCAD, INPS, CCS-SIDA, GAF, etc.	Secretaria Executiva da CPLP
Serviços desconcentrados do MSSS (Regiões Sanitárias, Delegacias de Saúde, ...)	Rede de Institutos Nacionais de Saúde - RINSP-CPLP
MAA – DGASP, DNA, INIDA, ...)	Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública - IANPHI
MHOT	OMS AFRO
MEFIS (DNE, ARES, DGEST, ...)	Organização Oeste Africana de Saúde
MAI (IGAE, PN)	Centro Regional de Saúde Animal - CRS/CEDEAO
Instituto Nacional de Estatísticas – INE	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO
Entidade Reguladora Independente da Saúde - ERIS	Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças - CRVCD/CEDEAO
Agência Nacional de Água e Saneamento - ANAS	Observatório Nacional de Saúde /Instituto Nacional de Saúde/Colômbia.
Câmaras Municipais	Centro de Estudos, Política e Informação sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CEI-DSS/Ensopa/Fiocruz- Brasil)
Universidades	Rede de Institutos Nacionais de Saúde- RINS/UNASUL
Ordens de Profissionais	Instituições Congêneres
Associações de Luta Contra o Cancro
Plataforma das Organizações Não Governamentais	
Associação Cabo-verdiana de Proteção da Família - VERDEFAM	
MORABI	
Serviço Nacional de Proteção Civil	

9. Orçamento Geral e Fonte de Financiamento

Áreas prioritárias por Eixos	Anos de implementação			Total
	2019	2020	2021	
I. Vigilância em Saúde Pública e Análise dos DSS	4.913.515	49.360.418	19.480.200	73.754.132
II. Fortalecimento da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	13.163.581	33.481.950	23.909.000	70.554.531
III. Comunicação e Promoção da Saúde	25.616.829	39.944.388	38.527.388	104.088.605
IV. Investigação em Saúde	12.165.900	15.803.800	12.925.050	40.894.750
V. Capacitação e Formação RH	12.179.000	29.583.000	9.401.500	51.163.500
VI. Desenvolvimento Institucional	9.440.535	21.291.537	20.851.537	51.583.609
TOTAL GERAL	77.479.360	189.465.093	125.094.675	392.039.127

Fontes de Financiamento

O presente plano será financiado pelas seguintes entidades:

- Orçamento Geral do Estado;
- Parceiros;
- Outros fundos a serem mobilizados:
 - Mobilização dos recursos financeiros necessários e estabelecimento de um orçamento exclusivo para financiar as atividades constantes do plano de ação.

10. Plano de Ação

Exo 1: Vigilância em Saúde Pública e Análise dos DSS

Objetivo Geral: Gerar informações que assegurem a intervenção oportuna e a tomada de decisões sobre a vigilância das doenças transmissíveis e não transmissíveis, monitorando, avaliando e analisando de forma continuada e abrangente, as situações relacionadas com a saúde e os seus principais determinantes.

Objetivo específico:

1.1. Reforçar o Observatório Nacional de Saúde visando a sua consolidação, gerando informações estratégicas para o SNS.

Atividades	Subactividades	Produto	Responsável Primário	Fonte de financiamento	Parceiros principais	Ano 1	Ano 2	Ano 3
1.1.1. Reforço dos recursos humanos e materiais e capacitação para o fortalecimento Institucional do Observatório Nacional de Saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Recrutamento de recursos humanos. - Estágio em instituições parceiras. - Formação/ capacitação do pessoal do Observatório Nacional de Saúde (Estatística, SIG, Projeções de cenários). - Aquisição de equipamentos e materiais (Tablet, GPS, computador). - Estágio em instituições congéneres com iniciativas similares ao Observatório. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um Especialista em Saúde Pública Recrutado durante 2020. - Um Técnico com Perfil em Sistemas de Informação Geográfica, recrutado em 2019. - Um Técnico Estatístico recrutado durante 2019. - Um curso de capacitação por ano (Estatística aplicada, construção e projeção de cenários). - Equipamentos adquiridos. - Estágios realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - DGPOG- MSSS 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Recursos da Cooperação Internacional. - Articulação Interinstitucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agências de Cooperação Internacional. - RINSP/CPLP 	X	X	X
1.1.2. Atualização e análise dos dados e georreferenciação das informações.	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação regular dos dados dos recursos humanos e serviços de saúde e georreferenciação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observatório Nacional de Saúde, com Mapa Sanitário identificando a distribuição de Recursos Humanos e Serviços e lacunas, relacionando com perfis demográficos e epidemiológico, completado e com recomendações elaboradas para as políticas nacionais. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Recursos da cooperação internacional. - Articulação interinstitucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - DNS - DGPOG - ERS - NOSI 	X		
1.1.3. Análise e divulgação de informação produzida por parceiros.	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação dos dados e informações sobre determinantes da saúde (tabaco, álcool, água e alimentos), dados de inquéritos e estudos relacionados com a saúde. - Criação e integração do Observatório do Tabaco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados analisados e incorporados ao Observatório Nacional de Saúde. - 4 Relatórios elaborados com base em evidência (Policy Briefing) analisando dados e gerando recomendações e subsídios sobre: IDNT, IDSR, dados de género, álcool, drogas e tabaco e acesso e vigilância da qualidade da água incorporados na plataforma online e georreferenciada. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - INE - Serviços Centrais MSSS. - ONU Mulheres. - CCAD - Parceiros para análise estratégica dos dados. 	X	X	X

1.1.4. Produção de relatórios sobre dados do ONS.	- Criação de uma equipa para a análise dos dados do Observatório e elaboração de relatórios e formulação de recomendações.	- Pelo menos duas reuniões por semestre em cada ano. - Pelo menos um relatório de gestão anual conjunto, elaborado.	INSP	- Orçamento Geral do Estado. - OMS	- MSSS - MAA (DGASP, DNA, INIDA...)	X	X	X	
Objetivo específico:									
1.2. Consolidar o INSP como Instância Nacional de Coordenação, no âmbito da abordagem "Uma Só Saúde".									
1.2.1. Implementação da Instância Nacional de Coordenação (INC).	- Tomada de posse da Comissão Multissetorial da INC. - Apoio na redação de TDR para publicação no B.O. - Elaboração do regulamento interno da INC, CM. - Divulgação da INC.	- TDR publicado no B.O. - Comissão Multissetorial empossado. - Regulamento interno da INC elaborado. - INC divulgada nas 3 Regiões Sanitárias.	INSP	- Orçamento Geral do Estado. OOAS	- DNS-MSSS - DGASP - DNA	X			
1.2.2. Integração dos dados de saúde animal e saúde ambiental no NOS.	- Análise e seguimento dos dados de saúde animal e saúde ambiental no Observatório Nacional de Saúde. - Incorporação dos dados de saúde animal e ambiental na plataforma SIG.	- Relatório "ONE HEALTH" elaborado, estabelecendo linha de base para vigilância epidemiológica.	- INSP	- Orçamento Geral do Estado.	- DNS - CRSCM - MAA - OMS - CEDEAO - SNPD - MEFIS - Outros		X	X	
1.2.3. Execução e implementação do Plano de ação conjunto para a implementação da Estratégia "One Health".	- Criação de uma equipa de trabalho para elaboração do plano. - Elaboração e validação do plano. - Desenvolvimento de uma experiência piloto a nível de um Município, a partir da estratégia "One Health". - Criação e operacionalização da Plataforma "One Health" em 50% dos Municípios.	- Plano de ação conjunto "One Health" elaborado e implementado. - Plataformas <i>One Health</i> implementada nos Municípios. - Experiência piloto nos Municípios, implementada.	INSP	- Orçamento Geral do Estado. - OMS - Associação dos Municípios.	- MSSS - MAA (DGASP, DNA, INIDA...) - Associação Nacional dos Municípios.	X	X	X	

<p>1.2.4 Implementação do Centro Nacional de Operações de Emergências em Saúde Pública.</p>	<p>- Elaboração do TDR do CNO-ESP. - Constituição e operacionalização da Equipa Nacional Multisectorial de Intervenção Rápida. - Elaboração e implementação do Plano operacional do CNO-ESP. Recrutamento de um técnico na área de saúde pública.</p>	<p>TDR elaborado. - Equipa multissetorial constituída e operacional. - Plano elaborado. - Técnico recrutado.</p>	<p>INC</p>	<p>- Orçamento Geral do Estado. - OMS - OOAS</p>	<p>- MSSS - MAA (DGASP, DNA)</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	
<p>Objetivo específico: 1.3. Reforçar o posicionamento estratégico do INSP para a Vigilância em Saúde.</p>									
<p>1.3.1. Reforço das articulações com outros atores na vigilância Sanitária.</p>	<p>- Colaboração na elaboração de um Plano Nacional de Ação para Segurança Sanitária, estabelecendo os principais problemas e necessidades para o seu fortalecimento conjuntamente com todos os atores. - Realização de um Seminário sobre vigilância sanitária. - Participação na atualização da Carta Sanitária. - Produção de indicadores entomológicos para os mosquitos vetores com importância em Saúde Pública. - Elaboração implementação, do fluxograma de comunicação entre os vários sectores no contexto <i>one health</i>.</p>	<p>- Documento com as definições conceituais de vigilância sanitária em Cabo Verde. - Fluxograma para a Vigilância Sanitária em Cabo Verde estabelecendo as responsabilidades de cada ator nesses processos elaborado. - Indicadores entomológicos produzidos.</p>	<p>- DNS</p>	<p>- Orçamento Geral do Estado. - Parceiros.</p>	<p>- MSSS - MAA - ERIS - Parceiros (OMS, OOAS...).</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	
<p>1.3.2. Reforço da Capacidade Institucional para a vigilância das Doenças Crónicas Não Transmissíveis.</p>	<p>- Elaboração de uma lista de principais variáveis e indicadores das DCNT.</p>	<p>- Lista de indicadores elaborados e divulgada. - Relatórios elaborados.</p>	<p>- INSP - DNS</p>	<p>- Orçamento Geral do Estado. - Parceiros.</p>	<p>- MSSS - OMS - Universidades.</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	<p>x</p>	

1.4.2. Participação na elaboração e implementação de um Plano Nacional de Comunicação, Gestão de Risco e Segurança Sanitária (PNCGR).	- Identificação de atores e parceiros vinculados à gestão de riscos. - Elaboração do TDR do PNCGR e consultoria. - Realização de Atelier de Validação do PNCGR.	- Plano com enfoque multissetorial elaborado e validado.	- INSP - SVIRE - DNS	- Orçamento Geral do Estado. - OMS	- OMS - MAA - MAI - ERIS - Outros parceiros.	X	
1.4.3. Fortalecimento da Capacidade de Gestão de Riscos, Prevenção e Comunicação em saúde.	- Realização de uma oficina em Gestão de Riscos, Prevenção e Comunicação em saúde. - Participação nas reuniões com os principais parceiros.	- Oficina realizada.	INC	- Orçamento Geral do Estado. - OMS	- Proteção Civil. - OMS - Outros parceiros.	X	X

Eixo 2: Sistema Nacional de Laboratórios

Objetivo Geral: Contribuir para o fortalecimento, a estruturação e gestão de um sistema nacional de laboratórios, para a vigilância e o diagnóstico, a organização e manutenção do património biológico e a regulação dos laboratórios privados na área de saúde pública.

Objetivo específico:

2.1. Consolidar e dinamizar os laboratórios do INSP, como apoio à Vigilância Sanitária e Investigação. Criação, organização e manutenção do Repositório de amostras biológicas.

Atividades	Subactividades	Produto	Responsável Primário	Fontes de financiamento	Parceiros	Ano 1	Ano 2	Ano 3
2.1.1. Instalação e operacionalização do Laboratório de Controle de Qualidade da Água e Alimentos.	- Realização de obras de adaptação da instalação do LCQAA. - Aquisição de Equipamentos e matérias. - Recrutamento de recursos humanos. - Elaboração e implementação do plano operacional do laboratório.	- Laboratório de Controle de Qualidade da Água e Alimentos em Funcionamento. - Recrutamento de um nutricionista e um técnico em análises clínicas, um bioquímico para 2019. - Recrutamento de um Engenheiro/ Químico Alimentar para 2020.	- INSP - DGPOG-MSSS	- Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Fundos da Cooperação.	- INSA - MAA - Outros parceiros.	X	X	X

2.1.2. Fortalecimento dos Cursos Humanos dos Laboratórios de Virologia e de Entomologia Médica.	- Integração do Laboratório Elisa para HIV e Hepatite no Laboratório de Virologia. - Recrutamento dos RH (2 técnicos de análises clínicas, 1 entomologista).	- Recursos humanos recrutados. - laboratórios integrados.	INSP	- Orçamento Geral do Estado.	DNAP	X	X	X
2.1.3. Realização de estudos na área de entomologia, virologia, qualidade dos alimentos e publicação de artigos científicos.	- Elaboração de 20 projetos de investigação. - Implementação de projetos financiados. - Publicação de pelo menos 5 artigos científicos.	- Projetos Elaborados e submetidos para financiamento. - Projetos implementados. - Estudos publicados.	INSP	- Orçamento Geral do Estado. - Parceiros.	- OOAS - OMS - DNS	X	X	X
Objetivo específico:								
2.2. Coordenar o desenvolvimento de um Programa de Reforço das Capacidades dos Laboratórios Nacionais.								
2.2.1. Diagnóstico e reforço das capacidades laboratoriais a nível nacional.	- Concertação com os responsáveis dos laboratórios, no âmbito de uma só saúde. - Elaboração de um inventário sobre os materiais e equipamentos existentes. - Elaboração e implementação do plano de manutenção e aquisição dos equipamentos. - Conhecimento da capacidade dos laboratórios do INSP e dos laboratórios da Rede Nacional, visando fazer um diagnóstico das capacidades a nível nacional. - Elaboração e validação de normas e procedimentos para os laboratórios nacionais, incluindo o transporte de amostras biológicas.	- 100% dos equipamentos do INSP inventariados. - Relatório sobre o estado e situação dos equipamentos de todos os laboratórios públicos de saúde pública, elaborado, identificando as necessidades de reforço. - Plano de manutenção e aquisição dos equipamentos implementado. - Normas e procedimentos elaborados e implementados.	- INSP - DNS-MSSS	- Conhecimentos e capacidades em equipamentos de laboratórios, de acordo com necessidades operacionais. - Ferramenta para o levantamento dos equipamentos e condições operativas.	- Laboratórios da Rede Nacional. - CRSSA/CEDEAO - CRVCD/CEDEA - IANPHI - Outros possíveis cooperantes.	X	X	X

Objetivo específico:					
2.3. Liderar o desenvolvimento de um Programa de Gestão e Controlo de Qualidade dos Laboratórios.					
<p>2.3.1 Implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade para os Laboratórios do INSP e para o Sistema Nacional de Laboratórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de uma equipa de consultores, para a elaboração de procedimentos, normas e metodologias dos laboratórios nacionais. - Implementação de programas externos de avaliação de desempenho e controlo interno de qualidade. - Treinamento dos técnicos em Gestão de Qualidade. - Implementação das normas e procedimentos de biossegurança. - Realização do IV Congresso do controlo da Qualidade Laboratorial para países da Língua Portuguesa- 2021. - Participação na elaboração do plano nacional de laboratórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Gestão de Qualidade instalado e em andamento para 2020. - Manuais de Procedimentos e Normas aprovados e em andamento para 2020. - Laboratórios nacionais com Sistema de Gestão de Qualidade em Andamento. - Técnicos treinados. - IV Congresso do controlo da Qualidade Laboratorial, realizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - DNS-MSS - OOAS - DNS (RNL) e INSP 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - OMS 	<ul style="list-style-type: none"> - CRSSA/CEDEAO - CERVCD/CEDEAO - IANPHI - OMS
<p>2.3.2. Reforço permanente da capacidade técnica e de resposta dos laboratórios do INSP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento e capacitação contínua para o fortalecimento dos níveis científicos e técnicos dos Laboratórios. - Formação em Biossegurança. - Formação em Gestão de Qualidade Laboratorial. - Formação em Liderança e Resolução de Conflitos. - Auditoria laboratorial. - Identificação de capacidades e conhecimento nas áreas identificadas, como necessidades dos laboratórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um Curso de Capacitação até o final de 2020 em biossegurança. - Capacitação durante 2020 em Gestão e liderança e Resolução de Conflitos. - Curso de Capacitação em auditoria laboratorial durante 2021. - Cursos técnicos específicos, realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - RINSP/CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - OMS 	<ul style="list-style-type: none"> - CRSSA/CEDEAO - CEREVCD/CEDEAO - Instituições Con- géneres. - IANPHI - OMS

2.3.3. Promoção de estágios e intercâmbios, com outros laboratórios e instituições congêneres.	- Estabelecimento de protocolos de cooperação com instituições congêneres. - Realização de pelo menos 6 estágio sendo 2 para cada laboratório - Acolhimento dos estagiários e de alunos universitários.	- RH participando em estágios e intercâmbio entre outros laboratórios. - Protocolos de Cooperação assinados, visando o desenvolvimento de estágios, intercâmbios entre os laboratórios a nível nacional e internacional.	- INSP - Laboratórios clínicos públicos e privados.	- Orçamento Geral do Estado.	- Laboratórios da Rede Nacional. - CRSSA/CEDEAO - CRVCD/CEDEAO - Instituições Congêneres. - IANPHI - OMS	X	X	X	
Objetivo específico:									
2.4. Criar e implementar o Bio repositório de amostras biológicas (humanas e animal) e ambientais.									
2.4.1. Organização do repositório de património biológico.	- Elaboração do TDR para Bio repositório. - Identificação e adaptação do espaço apropriado para a sua instalação. - Aquisição de equipamentos e consumíveis. - Classificação e armazenamento de amostras biológicas (humana e animais) e ambientais. - Treinamento dos técnicos. - Elaboração de documentos normativos.	- Bio repositório implementado e amostras classificadas. - Técnicos capacitados. - Documentos normativos implementados.	INSP	- Equipamento para Laboratório: Estufas, Geladeiras, etc. - Recursos Orçamentais. - Mobilização de Recursos da Cooperação Internacional.	- CRSSA/CEDEAO - CRVCD/CEDEAO - Instituições Congêneres. - IANPHI - OMS		X	X	

Eixo 3: Comunicação e Promoção da Saúde

Objetivo Geral: Promover e coordenar o desenvolvimento de uma política de promoção da saúde, contribuindo com a geração de conhecimento, boas práticas, lições aprendidas e ferramentas que permitam dar subsídios.

Objetivo específico:

3.1. Implementar, fazer o seguimento e avaliação do Plano Nacional de Promoção da Saúde 2018-2021.

Atividades	Subatividades	Produto	Responsável Primário	Fontes de financiamento	Parceiros	Ano 1	Ano 2	Ano 3
3.1.1. Implementação das atividades previstas no plano nacional de promoção da saúde (PNPS) 2018-2021.	- Divulgação do PNPS. - Elaboração de um conjunto de indicadores de monitorização e avaliação da implementação do PNPS 2018-2021.	- PNPS 2018-2021 divulgado. - PNPS 2018 -2021 implementado. - Indicadores elaborados.	INSP	- Orçamento Geral do Estado. - Parceiros.	- Ministérios. - Organizações Nacionais e Internacionais. - Municípios.	X	X	X

Objetivo específico:

3.2. Fazer *Benchmarking* e identificar as boas práticas internacionais de políticas e experiências de Promoção da Saúde e abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde.

3.2.1. Desenvolvimento de parcerias para identificação e disseminação de boas práticas em saúde e abordagens dos DSS.	- Realização de um atelier de passagem à grande escala das boas práticas em saúde. - Levantamento e partilha de boas práticas em saúde. - Elaboração de projetos de boas práticas para financiamento e apoio à implementação.	- Documento de boas práticas partilhadas. - Atelier de PAGES realizado. - Projetos elaborados e submetidos para financiamento.	- INSP - DNS	- Orçamento Geral do Estado. - Fundos para Incutir a Investigação.	- Universidades. - MSSS - Outros parceiros.	X	X	
3.2.2. Articulação com os pontos focais da rede E-Portuguesa da CPLP, para a priorização da In- formação e Comunicação em Saúde, dentro do Eixo 3, do Plano de Cooperação em Saúde da CPLP PECS/CPLP 2017-2021.	- Dinamização dos núcleos da rede E-Portuguesa. - Organização de encontro com pontos focais da rede. - Desenvolvimento de ferramenta para análise das políticas de Promoção da Saúde e abordagem dos DSS.	- Encontro realizado. - Relatório com as experiências de Políticas de Promoção da saúde e Abordagem dos DSS dos países da CPLP finalizado. - Ferramentas de análises desenvolvidas.	- INSP	- Orçamento Geral do Estado. - MS/CPLP	- OMS - MS/CPLP - RINSP/CPLP - Universidades.	X	X	X

Objetivo específico: 3.3. Reforçar a integração de promoção saúde em todas as políticas.						
3.3.1. Desenvolvimento de parcerias para a promoção da saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos parceiros. - Reuniões de seguimento e avaliação do PNPS. - Elaboração do memorando de entendimento, com ações intersectoriais abordando os DSS e promover a saúde em todas as políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Parceiros identificados. - Reuniões de avaliação realizada. - Memorando de entendimento assinado por todos os sectores de governo e atores. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - Outros Sectores do Governo. 	Orçamento Geral do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os Sectores do Governo. - Organizações da Sociedade Civil. - Parceiros. 	X
3.3.2. Coordenação da produção de material audiovisual diverso sobre saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Recrutamento de um técnico de Designer e Multimédia. - Coordenação da produção e distribuição dos materiais gráficos e audiovisuais diversos sobre saúde. - Difusão dos materiais audiovisuais diversos sobre saúde nos meios de comunicação Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenação da produção de material audiovisual sobre saúde melhorada. - Um técnico de Designer e Multimédia contratado. - Materiais divulgados. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - Outros Sectores de Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os Sectores do Governo. - Organizações da Sociedade Civil. - Parceiros. 	X
3.3.3. Desenvolvimento e implementação de uma estratégia nacional de comunicação em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do termo de referência da estratégia. - Contratação de uma consultoria para o desenvolvimento da estratégia. - Realização de um atelier de socialização e assinatura de um pacto para comunicação em saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia nacional de comunicação em saúde elaborada e implementada. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - MSSS (Serviços Centrais). - OMS 	X

Eixo 4: Investigação em Saúde

Objetivo Geral: Incentivar e desenvolver o conhecimento e a investigação em saúde (operacional e avançada), para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisões em benefício da população cabo-verdiana.

Objetivo específico:

4.1. Criar uma Plataforma de investigação em saúde, visando a identificação e incentivo de produção de conhecimentos que respondam às prioridades em saúde pública do país.

Atividades	Subactividades	Produto	Responsável Primário	Fontes de financiamento	Parceiros	Ano 1	Ano 2	Ano 3
4.1.1. Validação da agenda de investigação para a saúde, definindo as prioridades em investigação para a saúde.	<ul style="list-style-type: none">- Criação de um grupo de trabalho.- Realização de uma oficina para análise e validação da agenda.- Edição e publicação da agenda.	<ul style="list-style-type: none">- Documento com Prioridades de Investigação em Saúde, validado e aprovado no primeiro semestre de 2020.	INSP	Orçamento Geral do Estado.	<ul style="list-style-type: none">- DGPOG MSSS- MEFIS- Direções e Programas Sanitários do MSSS.- Universidades.- Outros Ministérios.	X	X	X
4.1.2. Criação e implementação de uma base de dados sobre a investigação em saúde de Cabo Verde.	<ul style="list-style-type: none">- Identificação e sistematização das produções científicas nacionais.- Análise da pertinência das investigações publicadas em relação às prioridades de políticas de Cabo Verde.- Edição e publicação/divulgação de conhecimentos científicos produzidos na área de saúde.- Sistematização e classificação por linhas temáticas de investigação.	<ul style="list-style-type: none">- Investigações em saúde, desenhadas e cadastradas.- Produções científicas nacionais publicadas.	INSP	Orçamento Geral do Estado.	<ul style="list-style-type: none">- DGPOG MSSS- Direções e Programas Sanitários do MSSS.- Universidades.- Outros Ministérios.	X	X	

4.1.3. Desenvolvimento de mecanismos de fomento a investigação em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um fundo para a promoção da investigação em saúde. - Promoção de seminários/espaço de debate sobre investigação em saúde. - Criação de uma revista de investigação em saúde. - Recrutamento de um Gestor dos projetos de investigação. - Criação e divulgação de uma lista de investigadores em saúde. - Identificação de potenciais financiadores de projetos de investigação. - Criação de um banco de projetos para submissão junto dos potenciais financiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo de Fomento e Promoção ao Desenvolvimento de Investigação em Saúde em andamento. - Primeiro Edital de Projetos de Investigação em 2020. - Segundo Edital de Projetos de Investigação em 2021. 	Governo de Cabo Verde.	Orçamento Geral do Estado. - Recursos da Cooperação Internacional a mobilizar.	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - MSSS - DGEST - Universidades. - Instituições Con-generes. - CPLP - IANPHI 	X	X	X	
4.1.4. Promoção de espaços de debate e análise da investigação em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um Fórum/Congresso de recursos junto dos parceiros. - Mobilização de recursos para a realização de encontros para a divulgação de trabalhos científicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fórum/Congresso realizado. - Lista dos investigadores participantes. - Investigações em temas prioritários, identificados tanto a nível nacional como internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - OMS - Universidades. 	Orçamento Geral do Estado. - Parceiros.	<ul style="list-style-type: none"> - RINSP/CPLP - Instituições Con-generes. 	X	X	X	
4.1.5. Disseminação de conhecimento científicos de investigações.	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de pesquisas selecionadas na página do INSP. - Criação de link com instituições de pesquisas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas selecionadas disponíveis no site do INSP. 	INSP	Orçamento Geral do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> - Universidades. - Ministérios (Educação, ...). 		X	X	
Objetivo específico:									
4.2. Desenvolver evidências e conhecimentos para atingir a Agenda 2030 e seus ODS.									
4.2.1. Articulação com a RINSP/CPLP, para desenvolver um documento de posicionamento sobre o papel dos INSP na prossecução dos ODS (Com-promisso assumido no PECS/CPLP).	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de um documento de posicionamento sobre o papel dos INPS na prossecução dos ODS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião dos INSP desenvolvida. - Ata da reunião. - Lista de Participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - RINSP/CPLP 	Orçamento Geral do Estado.	CPLP		X		

Eixo 5: Capacitação e Formação dos RH

Objetivo Geral: Contribuir para a qualificação dos recursos humanos, para o fortalecimento institucional do INSP e a identificação das necessidades de formação e capacitação no país, para o reforço do Sistema Nacional em Saúde.

Objetivo específico:

5.1. Desenvolver e capacitar recursos humanos em saúde pública, em conformidade com o PNDS 2017-2021 e PEDRH.

Atividades	Subatividades	Produto	Responsável Primário	Fontes de financiamento	Parceiros	Ano 1	Ano 2	Ano 3
5.1.1. Contribuição para a definição das necessidades de formação de recursos humanos em saúde pública no país.	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com os intervenientes (Direções do MSSS, Delegacias de Saúde, Hospitais, etc.) sobre as prioridades de capacitação e formação de RH na área de saúde pública. - Participação na elaboração da lista das necessidades formativas em saúde pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório com prioridades de capacitação e formação de RH validado e aprovado. 	<ul style="list-style-type: none"> - INSP - DGPOG MSSS 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - Parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direções e Programas Sanitários do MSSS. - Ordens Profissionais. - Universidades. 	X		
5.1.2. Colaboração com instituições nacionais de ensino e com instituições congêneres internacionais, em matéria de formação e capacitação.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de possíveis parceiros para o desenvolvimento de iniciativas de capacitação e formação de RH em Cabo Verde. - Desenvolvimento de protocolos na área de formação e capacitação. - Levantamento de ofertas de capacitação e pós-graduação (Lato Sensu e stricto Sensu) tanto nacional como internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório identificando ofertas potenciais de capacitação e pós-graduação (Lato Sensu e stricto Sensu), tanto nacional como internacional, desenvolvido. - Ofertas formativas identificadas. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Geral do Estado. - Parceiros. 	CPLP		X	

Objetivo específico: 5.2. Fortalecer o INSP em relação à atribuição de capacitação e formação de RH em saúde pública.					
5.2.1. Elaboração de um plano de capacitação e formação dos RH do INSP.	- Consultoria para a elaboração do plano. - Socialização, validação e implementação do plano de capacitação e formação. - Levantamento das Necessidades de capacitação e formação contínua.	- 80% do pessoal do INSP participando em pelo menos uma atividade de capacitação por cada ano. - 100% dos dirigentes capacitados em gestão e liderança. - Plano de Capacitação e formação contínua do INSP, visando o fortalecimento institucional.	- INSP - Instituições Parceiras.	- Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Recursos da Cooperação Internacional.	- Universidades. - Instituições Congêneres.
5.2.2. Desenvolvimento da capacidade institucional no INSP para a educação à distância.	- Instalação de plataforma de ensino à distância. - Divulgação da plataforma. - Desenvolvimento de parceria com instituições congêneres para desenvolver capacidades institucionais em educação à distância. - Assinatura de protocolo com instituições congêneres.	- Equipe do INSP com capacidades fortalecidas em Educação à distância. - Desenvolvimento da primeira oferta de capacitação, por meio da modalidade à distância, dando conta das necessidades da política de saúde.	INSP	- Articulação e Cooperação em Saúde.	- Instituições Congêneres.
5.2.3 Participação na capacitação e formação de RH, no quadro dos estados membros, para os sistemas de saúde (PECS 2018-2021).	- Dinamização dos núcleos da plataforma E-Portuguesa. - Reforço da articulação com a RENSP - Rede das Escolas de Saúde Pública e a RETS - Rede das Escolas Técnicas de Saúde da CPLP na formação em saúde pública.	- Rede E-portuguesa dinamizada e em funcionamento.	- INSP - DGPOG – MSSS	- Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Recursos da Cooperação Internacional.	CPLP
Objetivo específico: 5.3. Participar no desenvolvimento da implementação de um Mestrado em Biologia e Controlo de Vetores, em conformidade com os compromissos do PECS/CPLP.					
5.3.1. Articulação e coordenação com o RINSP e secretariado Executivo da CPLP, para a organização de um Mestrado em Biologia e Controlo de Vetores, em conformidade com os compromissos do PECS/CPLP.	- Participação na elaboração do plano de formação, com objetivos e proposta pedagógica e conteúdos desenvolvidos. - Solicitação para identificação dos docentes de instituições parceiras.	- Turma de 30 pessoas dos Estudantes Membros da CPLP. - Lista de participantes. - Avaliação de Turma.	- INSP - CPLP - DGPOG	- Orçamento Geral do Estado. - Mobilização de Recursos da Cooperação Internacional.	- Universidades. - CPLP - Serviços Centrais.

Eixo 6: Desenvolvimento Institucional

Objetivo Geral: Fortalecer a gestão integral e a consolidação da imagem institucional.

Objetivo específico:

6.1. Implementar instrumentos de gestão de qualidade para o INSP.

Atividades	Subatividades	Produto	Responsável Primário	Fontes de financiamento	Parceiros	Ano 1	Ano 2	Ano 3
6.1.1. Aprovação e Implementação do Regulamento Interno e Plano de Cargos e Salários do INSP.	- Finalização e submissão do Regulamento Interno e Plano de Cargos e Salários para aprovação.	- Regulamento Interno e Plano de Cargos e Salários do INSP aprovados e em funcionamento.	- INSP - Conselho de Ministros.	- Articulação Interinstitucional.	- DGPOG - MSSS	X		
6.1.2. Elaboração e Implementação de Regulamento de Estágios no INSP.	- Elaboração de Proposta de Regulamento interno de Estágios. - Análise das implicações orçamentais e legais.	- Regulamento de Estágios do INSP em funcionamento. - Análise orçamental realizada.	INSP	Orçamento Geral do Estado. Mobilização de Recursos da Co- operação Inter- nacional.	- DNS - DGPOG - MSSS		X	
6.1.3. Conclusão do processo de instalação e acompanhamento dos órgãos colegiais de gestão do INSP.	- Criação e instalação do Conselho Científico. - Realização de reuniões periódicas do Conselho Científico. - Elaboração de pareceres do Fiscal Único sobre aspetos orçamentais, aquisições. - Elaboração de relatórios de Gestão. - Criação e instalação de uma Comissão de Ética do INSP.	- Reuniões do Conselho Científico, desenvolvidas no ano com suas correspondentes atas. - Reuniões do Conselho Científico no ano, com suas correspondentes atas. - Fiscal nomeado. - Um relatório de Gestão elaborado por ano. - Comissão de Ética do INSP instalada.	INSP	Orçamento Geral do Estado.	Gabinete MSSS.		X	X

6.1.4. Desenvolvimento e manutenção de um Arquivo Documental Virtual de documentação administrativa e de gestão do INSP.	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos documentos. - Disponibilização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Arquivo Documental Virtual em funcionamento. 	INSP	Orçamento Geral do Estado.	X	
6.1.5. Mobilização de parcerias para a implementação do Plano Estratégico do INSP 2019-2021.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Plano para mobilização de parcerias a favor da sua implementação. - Recrutamento de um técnico na área de Planeamento em Saúde. - Elaboração e execução do plano de seguimento e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório de Gestão de Atividades atingindo os Indicadores do Plano apresentados anualmente. - Técnico recrutado. - Relatório Anual de Atividades realizado. - Parcerias mobilizadas. 	INSP	Orçamento Geral do Estado.	X	X
Objetivo específico:						
6.2. Fortalecer a comunicação Institucional e Cooperação.						
6.2.1. Reforço da cooperação com outras instituições.	<ul style="list-style-type: none"> - Seguimento e gestão de protocolos de parcerias (nacionais e internacionais). - Assinatura de novos Protocolos de parcerias nacionais e internacionais. - Elaboração de planos de atividades específicos para os protocolos de parcerias existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo menos 2 Protocolos de cooperação nacionais e internacionais por ano, assinados. - Planos de Atividades Específicas para os protocolos existentes. 	INSP	Articulação e Cooperação em Saúde.	X	X
6.2.2. Desenvolvimento de ferramentas de comunicação em matéria da imagem institucional.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de dois vídeos institucionais do INSP: um para reprodução na televisão, um para sua disponibilização permanente na Internet. - Desenvolvimento da página Web do INSP. - Desenvolvimento de uma brochura de apresentação institucional em Português, Francês e Inglês. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeo Institucional e outros materiais desenvolvidos e divulgados para o reforço da Promoção da imagem institucional. - Site Institucional atualizada. - Brochura publicado. 	INSP	Orçamento Geral do Estado.	X	X

6.2.3. Elaboração e Publicação do newsletter do INSP.	<ul style="list-style-type: none"> Documentação de temas prioritários. Elaboração e publicação de Newsletter. 	<ul style="list-style-type: none"> Publicação de 3 Newsletter ao ano (trimestralmente). 3 em 2019. 3 em 2020. 3 em 2021. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade Jornalística de Produção Permanente de Notícias. - Capacidade de Desenho Gráfico. 	X	X	X
6.2.4. Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação Institucional.	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Estratégia. - Elaboração de Mensagens e Alimentação de notícias nas redes sociais. - Desenvolvimento de Capacitação em Comunicação Institucional em instituição congênera. 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de Comunicação elaborada e Implementada. Para 2021 ter uma equipa do INSP com capacidades em Comunicação Institucional. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade Produção Permanente de Notícias. Articulação Inter Institucional e Cooperação. 	X	X	X
Projeto/Atividades Estratégica: 6.3. Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial.							
6.3.1. Implementação de sistema de cobranças por serviços prestados e reforço de recursos humanos da área administrativa e financeira.	<ul style="list-style-type: none"> Recrutamento de um Técnico de receita, um contabilista e dois Assistentes técnicos para área Tesouraria. Recrutamento de uma secretária, Apoio operacional: dois condutores, dois Ajudantes dos Serviços Gerais, um Assistente Administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Adquisições apresentado. Plano de Manutenção apresentado. Avaliação de Plano de Manutenção e Reformulação de Plano. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos Orçamentais. - Mobilização de Fundos da Cooperação. 	X	X	X
6.3.2. Elaboração dos Planos de aquisições e manutenção de equipamentos do INSP.	<ul style="list-style-type: none"> Recrutamento de um Técnico de Aprovisionamento, Património e Logística. Elaboração e implementação do Plano de Aquisição. Elaboração e implementação do Plano de Manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Adquisições apresentado anualmente em 2020. Plano de Manutenção apresentado anualmente em 2020. 	INSP	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos Orçamentais. - Mobilização de Fundos da Cooperação. 	X	X	X

6.3.3. Continuação de Implementação da Lei de Modernização Administrativa.	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação interna sobre implementação da lei de Modernização Administrativa. Recrutamento de um Técnico da área de RH para reforçar Serviços de Gestão de RH. Implementação de Avaliação de Desempenho desenvolvida em 2019, 2020 e 2021. 	<ul style="list-style-type: none"> 100% dos Processos Administrativos implementados em conformidade com a Lei para 2020. 100% dos RH do INSP avaliados em conformidade com o Sistema de Avaliação de Desempenho. Avaliação de Desempenho desenvolvida em 2019, 2020 e 2021. 	INSP	Capacidade interna do INSP.	X	X	X
6.3.4. Continuação da Implementação do Novo Sistema de Avaliação de Desempenho.	<ul style="list-style-type: none"> Recrutamento de um Técnico da área de RH para reforçar Serviços de Gestão de RH. Implementação de Avaliação de Desempenho desenvolvida em 2019, 2020 e 2021. 	<ul style="list-style-type: none"> 100% dos RH do INSP avaliados em conformidade com o Sistema de Avaliação de Desempenho. Avaliação de Desempenho desenvolvida em 2019, 2020 e 2021. 	INSP	Capacidade interna do INSP.	X	X	X
6.3.5. Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos.	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do Termo de Referência. Contratação de uma consultoria. Elaboração e implementação de um Plano Desenvolvimento de Recursos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> TDR elaborado. Consultor contratado. Plano de desenvolvimento de Recursos Humanos validado. Recursos humanos Segundo previsão recrutados em 2019, 2020 e 2021. 	INSP DGPOG MSSS	- Recursos Orçamentários. - Mobilização de Fundos da Cooperação.	X	X	X
Objetivo específico:							
6.4. Acompanhar a construção e Instalação do Novo Edifício.							
6.4.1. Participação nos processos de construção e funcionamento do edifício.	<ul style="list-style-type: none"> Criação e operacionalização de um grupo de seguimento de projeto. Participação na Elaboração de Plano de funcionamento e gestão do novo edifício. Plano de seguimento da implementação do projeto. Gestão de Manutenção e consumíveis. Gestão de Segurança. Gestão de resíduos patológicos. Gestão de Laboratórios. Previsão Orçamental de Operação e identificação de possíveis fundos extra-orçamentais e da cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório com necessidades para o funcionamento do novo edifício, elaborado identificando todos os aspetos operacionais para seu funcionamento integral elaborado. 	INSP DGPOG MSSS	- Recursos Orçamentais. Mobilização de Fundos da Cooperação.	X	X	X

